



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública e Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 978/2015	DATA: 25/6/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h16min	TÉRMINO: 13h58min	PÁGINAS: 80

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

BRUNO TELLES - Presidente da Associação Brasileira de Criminalística - ABC.
WLADIMIR SÉRGIO REALE - Vice-Presidente Jurídico da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil.
RENATO BORGES DIAS - Representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais — FENAPRF.
JÂNIO BOSCO GANDRA - Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis — COBRAPOL.
RENATO RINCON - Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal — SINPOL-DF.
MARCOS LEÔNICIO RIBEIRO - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal — ADPF.
MARCELO PINTO SPECHT - Major da Polícia Militar do Rio Grande do Sul.
MARCELO HIPÓLITO MARTINEZ - Tenente-Coronel da Polícia Militar de Santa Catarina.
LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS - Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais — FENAPEF.
ELIAS MILER DA SILVA - Representante da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais — FENEME.
JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República — ANPR.
THIAGO CARRIÇO DE OLIVEIRA - Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina.

SUMÁRIO

Debata sobre a adoção do Ciclo Completo de Polícia no sistema nacional de segurança pública.
Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve exibição de imagens.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e todas. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Violência contra Jovens, Negros e Pobres.

Nós vamos passar para o item da audiência pública. Então, iniciaremos a audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 97, de minha autoria.

Informo que durante a fala dos convidados não haverá apartes. Os Deputados que queiram interpelar os convidados devem inscrever-se junto à Secretaria da Comissão.

Esta audiência será composta por três mesas de debates, porque nós temos doze convidados. Então, nós vamos fazer três mesas, vamos combinar aqui, por um tempo de 10 minutos — acho que 10 minutos é razoável, não é? —, e depois nós vamos abrir o debate. Então, para a primeira mesa, eu quero convidar para sentar-se aqui o Sr. Jânio Bosco Gandra. Está presente? *(Palmas. Pausa.)*

Quero agradecer a presença aqui do Deputado Paulão e do Deputado Roberto. Obrigado.

Quero convidar também para sentar-se à mesa o Sr. Renato Borges Dias. Está aqui já? *(Palmas.)* Obrigado pela presença.

Convido para sentar-se à mesa também o Sr. Jones Borges Leal. Ah, ele foi substituído pelo Sr. Wladimir Sérgio Reale. *(Palmas.)*

Convido também o Sr. Bruno Telles. *(Palmas. Pausa.)*

Agora eu vou conceder a palavra na ordem inversa daquela em que foram convidados para sentar-se à mesa. Então, nós vamos começar por Bruno. Nós combinamos que serão 10 minutos, e logo após a intervenção de todos os Deputados nós vamos abrir o debate.

Tem a palavra o Sr. Bruno Telles.

O SR. BRUNO TELLES - Bom dia a todos. Meu nome é Bruno Telles. Sou Presidente da Associação Brasileira de Criminalística, que representa os peritos oficiais — peritos criminais, médicos legistas e peritos odontologistas.



Agradeço ao Deputado Reginaldo Lopes o convite para estar aqui presente e poder expressar um pouco do ponto de vista dos peritos sobre o tema que vai ser abordado nesta audiência pública, referindo-se ao Ciclo Completo.

Antes de mais nada, eu gostaria de dizer que nós peritos criminais aqui do DF temos uma fundação de peritos, e o principal objetivo dela é conduzir algumas pesquisas científicas voltadas para a nossa atuação nas ciências forenses e voltadas para a área de segurança pública.

De acordo com as estatísticas que nós temos levantado, de atendimento de local de crime, de esclarecimento de ocorrências, solução de homicídios, para nós fica evidente que o atual sistema que nós temos de persecução penal, de investigação policial, encontra-se exaurido. Antes de mais nada, não é culpa de uma ou outra instituição em si; é apenas um sistema que não tem mais eficiência para a atual conjuntura de violência no Brasil.

Nós temos alguns dados, levantados pelo Prof. Michel Misse, do Rio de Janeiro, de que a taxa de resolução de roubos e furtos chega a 0,49% no ano de 2007, isso apurado em 2010, ou seja, passaram-se 3 anos para que o sistema pudesse dar para a sociedade uma resposta à altura. E nesta Casa, caro Presidente, tramitam várias propostas para a modernização da segurança pública brasileira. Então, fala-se muito em carreira única, fala-se em desvinculação das perícias das Polícias Civis, e fala-se também em ciclo completo, como se isso fosse uma grande novidade. Alguns Estados da Federação já vivem essa realidade, e curiosamente apresentam aí um dos menores índices de criminalidade. Refiro-me à taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes. Então, eu vou citar agora o Estado que mais admiro, que eu considero o mais moderno em termos de segurança pública, que é o Estado de Santa Catarina.

Em Santa Catarina nós temos a perícia desvinculada da Polícia Civil. Então, ela está igualmente acessível a todos os que participam da persecução penal, tanto da defesa quanto da acusação, e isto é muito importante para a garantia de um julgamento justo ou considerado imparcial, que tanto a defesa quanto a acusação tenham acesso às mesmas provas e aos mesmos meios de produção de prova. A Polícia Rodoviária Federal — se eu estiver enganado, por favor, corrijam-me —, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar já lavram termos circunstanciados, e



toda essa sinergia acaba colaborando para uma agilidade, para uma simplificação da burocracia do atendimento policial.

Em visita ao Amapá eu pude conversar com um Coronel da Polícia Militar de lá, que me confidenciou que 95% dos chamados da Polícia Militar são para atender queixas de perturbação da ordem. Há uma moda lá — e não é exclusiva do Amapá — de garotões pararem os seus carros nas praças e ligarem o som bem alto para tomar cerveja com os amigos. Aquilo acaba perturbando os vizinhos, e a Polícia Militar é acionada. O policial militar lá, como não lavra o termo circunstanciado, tem duas opções: ou não fazer nada, dar apenas uma bronca, ou conduzir essa pessoa até a uma delegacia para registrar uma ocorrência de perturbação da ordem.

Em Santa Catarina também há esse tipo de ocorrência, e o que a gente percebe é que o termo circunstanciado lavrado no local do fato dá uma resposta muito rápida para aquela pessoa que acha que no Brasil a lei não precisa ser respeitada. Outro fato muito interessante é que tanto o policial militar quanto o policial rodoviário federal, e até mesmo os agentes de polícia da Polícia Civil, quando chegam ao local do crime e têm a certeza de que aquele local vai necessitar de perícia — há alguns locais em que, você não precisa ser muito inteligente, há um cadáver, houve um monte de tiro, droga, você sabe que vai ter perícia —, podem acionar diretamente a perícia, ao mesmo tempo em que acionam a autoridade policial. Isso, falando agora de dados aqui, do DF, seria uma economia de 2,5 horas de atendimento no local de crime.

Então, como é que feito hoje, conforme o CPP? A Polícia Militar é chamada; chega ao local; constatando que há crime, aciona a autoridade policial, que vai ao local e, por sua vez, faz sua constatação; volta para a delegacia, para poder entrar no sistema, porque hoje todos os acionamentos são via sistema; ali, aciona a perícia. Nesse meio tempo, entre o momento em que o policial militar aciona a Polícia Civil e o policial civil faz a constatação e aciona a perícia, passam-se em torno de 2,5 horas. Esses são dados aqui do Distrito Federal. Tenho áreas de atendimento de perícia externa que demandam entre 1 hora e 28 minutos e 1 hora e 40 para, depois de recebido o chamado, a perícia deslocar-se e terminar o trabalho em si. Então, estamos dizendo o seguinte: demora mais para acionar e para dar um



start nos procedimentos de investigação, e aqui falo da perícia, do que para executar efetivamente esses procedimentos.

Então, eu creio que fazer este debate sobre o Ciclo Completo e outras reformas na segurança pública é urgentíssimo. Nós vemos uma tendência grande de aumentar a taxa de desemprego no País, e ela tem uma relação direta com a taxa de criminalidade, e o nosso sistema atual não dá mais nenhuma resposta para o cidadão. Pela Associação Brasileira de Criminalística, contratamos uma empresa especializada para saber quais eram as principais preocupações do cidadão comum com relação à segurança pública, e a palavra que mais aparece nessa pesquisa é: impunidade. Ela esteve presente em mais da metade dos depoimentos dessa nossa pesquisa.

Traz uma sensação muito ruim para o cidadão, hoje, que teme pela própria vida e pela vida da pessoa que está ao lado, da pessoa amada, a possibilidade de que alguém possa fazer alguma coisa e ficar impune. E a impunidade tem outro reflexo na sociedade, porque ela acaba ensinando a uma geração inteira, não só uma geração de crianças que não têm acesso à educação, mas também uma geração de crianças da classe média que estão assistindo a esses casos de corrupção, acaba ensinando a toda uma geração que o crime no Brasil compensa.

Então, eu, como Presidente da Associação Brasileira de Criminalística, considero que o Ciclo Completo é uma reforma que pode vir a modernizar o sistema de persecução penal brasileiro, e já existem estudos que demonstram qual seria o melhor caminho, se mitigado por território ou mitigado por pena em abstrato. E ele já acontece no Brasil. Nós não precisamos fazer conjecturas sobre os efeitos. Santa Catarina, como eu citei, vem reduzindo a sua taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes ano a ano. Hoje a taxa está na casa dos doze homicídios para cada 100 mil habitantes. Logo deverá passar a de São Paulo, que está na casa dos dez ponto alguma coisa homicídios para cada 100 mil habitantes.

Entre São Paulo e Santa Catarina, eu vou pegar o exemplo de Santa Catarina, que faz fronteira seca com países aqui da América do Sul, especificamente a Argentina, e tem um porto e um aeroporto internacional que chamam a atenção de traficantes que querem escoar droga através dessa logística. A logística no Brasil é muito boa. E Santa Catarina tem problemas muito menores, taxas de criminalidade



muito menores do que, por exemplo, o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro a perícia é vinculada à Polícia Civil. A Polícia Militar, salvo engano — se eu estiver enganado, por favor, corrijam-me —, não lavra termo circunstanciado. E o Rio de Janeiro apresenta graves problemas de segurança pública, e ao nosso ver, ao meu ver, tem um dos modelos estaduais mais atrasados de configuração do sistema da segurança pública como um todo.

E um outro ponto vem chamando a atenção em alguns estudos preliminares de algumas ONGs que estudam violência policial. O que eles têm percebido é que quando se dá ao policial uma arma mais forte do que a pistola ou do que o fuzil, que seria a caneta, nasce nele uma responsabilidade maior, e a violência policial acaba diminuindo.

Então, Dr. Reginaldo Lopes, Deputado, eu gostaria de mais uma vez agradecer-lhes o convite que foi feito e manifestar aqui o interesse dos peritos em que haja, sim, um debate e uma mudança do atual modelo de segurança pública no Brasil. O atual modelo não consegue mais responder aos anseios da população.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Bruno Telles, pela participação e contribuição.

Passo a palavra para o próximo orador, o Sr. Wladimir Sérgio Reale.

O SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE - Bom dia, eminente Presidente Deputado Reginaldo Lopes, demais companheiros já nominados, que fazem parte da Mesa. Eu inicialmente gostaria de destacar, sobre o problema do Ciclo Completo, que isso já foi objeto de um seminário internacional em que nós já nos pronunciamos a respeito.

Em relação — que me permita aqui o eminente Presidente da ABC — às causas do Rio de Janeiro, para mim, como um paulista carioca, porque estou lá há mais de 50 anos, as razões não são essas. São muitas outras. Mas também não comportaria aqui trazer à colação tal assunto. Eu vou limitar-me exatamente à questão que está em debate aqui na CPI da Violência, quando se fala de morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil, as causas, as razões e os custos sociais disso.



Eu gostaria inicialmente de lembrar que durante a fase da Constituinte, em que aqui nós também prestamos assessoria, à época, a certos Parlamentares, houve a preocupação e a discussão de colocar, antes de mais nada — está aqui, no art. 4º —, entre os princípios das relações internacionais da República do Brasil, o repúdio ao racismo. E não ficou por aí só, não. A partir dessa discussão, por iniciativa de um Deputado, que também era, no caso, do Rio de Janeiro, houve a inserção do inciso XLII no art. 5º, que reza que *“a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”*. Então, desde a Constituinte esta é uma preocupação extremamente relevante para um país continental e com tantas realidades como o Brasil, exatamente procurando, acima de tudo, sustentar que racismo é coisa que nunca existiu, ou existiu lá na fase do Império, mas que o Brasil foi administrando isso tudo, e os problemas são realmente exceção, e não regra. Aqui, todos no Brasil convivem com isso, a nosso ver muito bem.

Sob o ponto de vista exatamente dessa violência, eu gostaria de salientar a questão central, que é a raiz da droga. A droga da droga é exatamente o que produz todos esses efeitos perversos, seja exatamente em relação aos jovens, mais ainda, e de qualquer cor, vamos dizer assim, os cidadãos como um todo, afetando sobretudo os mais novos, que vêm envolvendo-se no dia a dia, e aí o caso do Rio de Janeiro é um exemplo clássico, como também o de outros Estados, desse tipo de problema. A eminente Deputada Relatora aqui desta CPI também é do Rio de Janeiro e também conhece e convive bem com esse tipo de problema.

Mas eu gostaria de focar, especificamente sob o ponto de vista da segurança, um de seus ângulos: exatamente o problema das drogas. Eu não sei se o Presidente, enfim, os presentes, aos quais agora também cumprimento a um só tempo, têm conhecimento de que o Supremo Tribunal Federal, no segundo semestre, pretende exatamente julgar um dispositivo da Lei Antidrogas que vai liberar as drogas no País. O que significa liberar as drogas no País? Se o art. 28 da Lei Antidrogas for considerado inconstitucional, como sustenta a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, como sustenta o Instituto Sou da Paz, como sustenta o Movimento Viva Rio, como sustenta o IBCCRIM, vários juristas, e como sustentou ontem, em matéria escrita publicada no jornal *O Globo*, o ex-Presidente Fernando



Henrique Cardoso, todos sustentando igualmente a liberação de todas as drogas no País para uso, o que isso significa?

Quando o projeto de lei tramitou aqui e se converteu na lei de 2006, exatamente essa legislação, a Lei nº 11.343, isso também foi muito discutido, sobretudo tendo-se em conta o que ela produz em relação à violência, e isso envolve o tema principal que nós estamos a discutir aqui na CPI. O que sucede? Nessa Lei 11.343 houve a chamada despenalização, isto é, de quem na realidade é usuário de drogas, ou faz uso recreativo, ou então, na pior das condições sub-humanas, faz uso do *crack*, e que, exatamente no que se refere à sarjeta, é efetivamente a grande vítima nisso. E eu nem diria tanto sobre a questão do uso recreativo, porque muitos usam, mas têm vida normal. O certo é que houve a chamada despenalização; isto é, há penas alternativas, e ninguém mais é preso por uso de drogas no País.

Agora, pretender, como realmente está ocorrendo agora, e o Relator dessa matéria é o nosso eminente Ministro Gilmar Mendes, no STF, buscar que isso seja totalmente descriminalizado, quer dizer, que não se aplique pena alternativa, querer exatamente que essa matéria não seja sequer apreciada pelo Judiciário, que não seja encaminhada, digamos, a uma delegacia da Polícia Judiciária e depois encaminhada, através do termo circunstanciado, ao Judiciário, que poderá aplicar uma pena alternativa, isso agravará muito não só o tráfico de drogas, mas o tráfico de armas, e a violência será ainda mais exponencial.

E qual é a expectativa nossa? Nós nos habilitamos, e aqui falo também na qualidade de advogado, nessas causas; digamos, a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, como parte interessada, é o que se aponta como *amicus curiae*. E ficamos como a única entidade que ingressou exatamente como *amicus curiae*, já que esse é um recurso extraordinário com repercussão geral e, portanto, vai ser aplicado a todo o sistema brasileiro, em relação à magistratura. O certo é que todos os outros órgãos estão sustentando a inconstitucionalidade, que ela seja considerada inconstitucional, liberando o uso de drogas. Mas não é liberar o uso de drogas, como no caso da maconha no Uruguai, que está em fase experimental, que pode ser plantada dentro de casa. Cada um vai ser liberado de forma ampla, geral e irrestrita.



Então, amanhã, alguém na universidade que quer cheirar, por exemplo, uma cocaína vai poder fazê-lo livremente. Aqui em frente, onde o pessoal fuma cigarro, poderão fumar tranquilamente um cigarro de maconha, ou dar uma cheirada aqui dentro ou em qualquer lugar deste Brasil. Este fato é gravíssimo.

E por que nós o estamos trazendo sob este ponto de vista para cá? Porque nós estamos discutindo causas e razões econômicas da violência e a morte de jovens seja de qualquer cor.

E o que ocorre? Isso é gravíssimo. Poderá aumentar ainda mais essa violência. Daí este enfoque que nós estamos trazendo aqui e agora. E eu passo às mãos do Presidente exatamente a nossa petição, chamada petição incidental, na busca de habilitação, para também participar deste julgamento que será histórico, da nossa inicial, em que nós estamos defendendo que seja mantida a constitucionalidade do art. 28 da Lei Antidrogas.

E, por coincidência, na medida em que ela não é mais crime — aliás, é crime, mas de pequeno potencial ofensivo —, evidentemente esta matéria é apreciada pelo delegado, que é preparado para isso, para apreciar previamente o que acontece, e encaminhada ao juiz que saberá se haverá conciliação ou não em cada caso concreto.

Portanto, é uma matéria de alta relevância. No jornal *O Globo*, na coluna assinada pelo Fernando Henrique Cardoso, com o tema *Um debate para além do STF*, em que ele sustenta com todas as letras que efetivamente têm que ser liberadas as drogas no País. Mas são todas. Eu não conheço nenhum país no mundo que de forma ampla, geral e irrestrita libera todas as drogas: cocaína, heroína, psicotrópicas. E todas as que são proibidas estarão exatamente liberadas para uso. Aí o que acontece? Se for proibida a venda, o tráfico obviamente vai aumentar, por questão absolutamente lógica. E, portanto, mais mortes, mais violência, mais tráfico de armas, o que, de certo modo, a nosso ver, se encaixa também, eminente Presidente, à matéria que está sendo discutida hoje: violência contra jovens.

Então, vemos com extrema preocupação que isso efetivamente pode aumentar a morte de jovens que estão envolvidos em geral no tráfico ou não, no uso. Enfim, é o contrário. A matéria também tem esse ângulo econômico, porque



obviamente nós vamos permitir o uso, desde que o Supremo assim decida, mas o tráfico continua. Não é o Estado que, de repente, vai querer atuar como na Holanda, que faz o controle, ou no Uruguai, onde a farmácia vai vender maconha. E lá não estão falando das outras drogas, não. E aqui, no nosso queridíssimo Brasil, onde às vezes acontecem soluções de extremos, há o risco da liberação total.

A meu ver, caberia ao Congresso Nacional legislar ou decidir quais as drogas, ou à ANVISA, no caso, teria condições de estabelecer a droga que pode ser usada e a que não pode ser usada. Mas ela mantém uma posição extremamente conservadora desde longa data. No Brasil, até para uso medicinal a maconha depende de importação, há dificuldades.

Eu estou batendo bem nesta tecla, porque é importante que todos façam uma reflexão sobre isso e também que se discuta a conveniência ou não de que isso seja decidido. Em última análise, o Supremo Tribunal Federal está com este caso concreto, que é o Recurso Extraordinário nº 635.659, de São Paulo, com repercussão geral, que está sendo defendido pela própria Defensoria Pública do Estado de São Paulo, num caso concreto de uso de droga. Apesar de ser pequena quantidade de maconha, chegou ao Supremo e este entendeu que deveria analisar o caso como repercussão geral.

Como o tempo naturalmente é escasso, a nossa contribuição, Sr. Presidente, foi exatamente trazer este fato. A sociedade ainda não está tendo o conhecimento real da matéria. Esperamos que no segundo semestre a questão se avolume, que também haja um debate intenso nesta Casa. Evidentemente, o Supremo vai decidir como assim entender. Nós concluímos aqui nesse sentido: o momento é extremamente importante, e esse fato poderá aumentar inclusive a violência contra jovens.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dr. Wladimir Reale.

Este é um tema importante, porque a população carcerária é composta por 30% a quase 35% de presos provisórios envolvidos com drogas. De fato, eu presidi uma Comissão Especial em 2011 sobre drogas. Depois, como fruto dela nasceu o Programa *Crack*, É possível vencer, assim como a construção de uma rede de



programas, de uma rede de tratamento, das comunidades terapêuticas até as de redução de danos. O Brasil nunca tinha reconhecido as comunidades terapêuticas. E também buscamos modernizar a Lei nº 11.343.

O que eu percebi — não é fruto do debate aqui, mas é importante — foi que a lei que despenalizou é um avanço no Brasil, porque é um grave erro tratar um usuário de drogas como criminoso. Mas, na prática — eu até defendi isso, mas fui derrotado —, a lei que despenalizou poderia buscar pelo menos descriminalizar, ou definir o que é um usuário, o que é um traficante. Eu sei que a linha é tênue, mas, na ausência dessa definição, o que a gente percebe é que aumentou o encarceramento de usuários de drogas.

De fato, ficou o ato discricionário para a concepção de quem vai julgar, que é muito subjetiva, às vezes — é muito subjetiva. Evidentemente é uma palavra quase de ordem, mas eu vou repetir: o meu sentimento é o de que, quando é negro e pobre, é quase traficante, e, quando é branco, é sempre usuário. Então, eu não sei como resolver.

Em tese, eu também não sou um dos convencidos de que devem liberar. Mas, entre penalizar e criminalizar, eu até avanço na minha posição, porque na falta da compreensão de que no caso de usuários o problema é com a saúde pública, nós estamos em uma guerra perdida. Então, eu acho que nós precisamos subir um degrau.

É evidente que a liberação ampla e geral, sem nenhuma rede de políticas de recuperação e tratamento, sem nenhuma construção de políticas de prevenção no Brasil — não tem nenhum programa que seja do tamanho do Brasil — os riscos, talvez, para a sociedade, possam ter grande repercussão. Agora, o que nós estamos assistindo é muito encarceramento. Então, precisamos ver como a gente encontra uma saída neste sentido.

Eu fui à Colômbia, estive em vários países. A Colômbia buscou, a partir das substâncias psicoativas, definir volume e quantidade para cidadão, mas o que me preocupa é que, essa ausência de definição fica muito no ato discricionário de quem vai julgar, e a gente percebe muitos abusos. Ou então, juízes e pessoas acham que a sua concepção ética e os seus valores devem ser do próximo. Eu tenho dúvida.



Agora, jamais podemos considerar um usuário de drogas como um traficante. E, em relação ao *crack*, que o senhor colocou muito bem — eu estudei —, há dois problemas: um farmacológico e outro mercadológico. Ele é uma droga com alto poder de destruição do ponto de vista neurológico, pois cria memória muito rápido, Deputado Paulão. Em nome dessa memória, o cidadão faz de tudo.

Do ponto de vista mercadológico, é escambo: tudo vale uma pedra de *crack*. Depois de 2 anos, o usuário já roubou tudo da família e vendeu tudo, então ele caminha para outra linha tênue: virar microtraficante.

Mas há uma diferença entre quem faz tráfico para consumo e quem faz tráfico para enriquecimento. Em tese, o que acontece no nosso sistema atual? Esse microtraficante pega 100 pedras para consumir 20 e vende 80. Por que ele é assassinado? Porque em tese ele consome 80, vende 20 e fica devedor do tráfico. Ou ele passa a ser um devedor. Ao mudar de boca, porque são pequenos negócios — é o contrário da cocaína —, todo mundo tem capacidade de fazer a pedra de *crack* e, ao contrário, a cocaína, não. Então, você tem um monte de negócios, de refinós. Nesse sentido, ele passa a mudar de fornecedor. Aí, o problema da ética do tráfico de *crack* é o seguinte: você pode dever, mas não pode trair o fornecedor. Do contrário, é assassinado.

O que eu percebo? Como resolver isso também? O usuário, depois de 2 anos, para continuar consumindo, porque a família já não aguenta mais, já vendeu tudo, a janela, o taco, o piso, já roubou o entorno, a família já não dá mais conta, o Estado não tem política, não chega, passa a ser microtraficante. Deve-se encarcerar esse cidadão, porque ele é microtraficante. Mas ele é diferente dos grandes traficantes, que fazem lavagem de dinheiro, que aplicam em sistemas e negócios e nunca são presos! Essa é uma violência, é um sistema sobre drogas que está derrotado.

Eu fui à Colômbia, à Bolívia, ao Paraguai e ao Peru, onde os Estados Unidos já gastaram 1 trilhão com essa concepção de guerra às drogas e não chegaram a nenhum resultado ideal. Inclusive, quem produz droga — eu estive lá com os agricultores — não quer produzir drogas. Eles não têm o que produzir. Então, não adianta meter polícia em cima, meter repressão, em vez de tentar fazer um cultivo lícito, arrancar o cultivo ilícito, pagar a eles decentemente para terem uma cultura



que seja lícita. Eles fazem a cultura ilícita, mas também são operários do narcotráfico, porque lá ganham 1 dólar por dia. Eles ganham uma miséria! Então, seria muito mais fácil mudar o cultivo deles do que fazer repressão, como a política norte-americana faz nesses países pobres e periféricos.

Na época, eu propus que o Parlamento brasileiro criasse um grupo de países produtores e consumidores, porque só existe produtor já que existe consumidor, não é? É muito fácil acusar a Bolívia, acusar a Colômbia, acusar o Peru, essas comunidades tradicionais, como se elas fossem responsáveis pelos flagelos humanos, sendo que os países mais ricos não têm nenhuma política do ponto de vista social, para o fortalecimento da agricultura familiar ou de negócios, nesses países.

Eu estudei muito. Confesso que, em 2011, quando eu presidi a comissão sobre drogas, eu tratava essa questão como uma falsa polêmica, por quê? Porque ela não resolve o problema do cidadão que está em dependência química, em uso de drogas. Cria uma grande polêmica, mas, no geral, o Estado brasileiro não garante as políticas de tratamento, de acolhimento e de reinserção no mundo do trabalho e tal.

Mas eu confesso também que, por outro lado, falta bom senso do sistema judiciário brasileiro, que transforma negros e pobres sempre em traficantes e os ricos sempre em usuários de drogas.

Essa é a minha preocupação.

O SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE - V.Exa. me permite fazer uma brevíssima complementação?

Acho que V.Exa. falou muito bem sobre a dificuldade de se achar solução para o problema, mas me parece que, em qualquer hipótese, ela passaria também pela decisão do Congresso Nacional em critérios objetivos, porque, se houver pura e simplesmente a descriminalização — e já tem a despenalização —, o que vai suceder na prática? Não vai haver nenhum tipo de controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas a ADIN, a ação no Supremo, é para descriminalizar ou para liberar? São atos diferentes. Descriminalizar é muito diferente de liberar, não é?



O SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE - Sim, perdão, mas o que ocorre? Nessa ação que vai ser apreciada, embora tenha figurado a questão de descriminalizar, se o art. 28, com base no qual se discute sobre o usuário de drogas, for considerado inconstitucional, obviamente nós estaremos diante de um contexto muito complexo, porque aquilo passa por três etapas: a fase de quem fez a detenção; a seguinte, de quem apreciou o fato inicialmente na polícia judiciária; e a posterior, do MP, do Judiciário.

Então, eu acho que continuar passando por algo que esteja sujeito ao crivo do Judiciário dá algum controle. Se efetivamente o art. 28 for considerado inconstitucional, não vai haver controle algum. Vão ficar os traficantes de um lado, aumentando as suas vendas, e, do outro lado, o cidadão. Eu nem me refiro ao problema daqueles que estão em situação mais grave, como a dos dependentes de *crack*. O próprio usuário recreativo e outros tantos ficarão muito... É exemplo também para os mais jovens. São casos de saúde pública no sentido amplo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos retomar, por favor!

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Eu queria levantar uma questão de ordem, Sr. Presidente, com todo o respeito à intervenção de V.Exa. e do palestrante: que a gente possa seguir o rito que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Acatado.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Está acatado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós vamos dar a palavra no final. Eu peço até desculpas pela intervenção.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Depois, as pessoas que fizeram a sua exposição terão o devido tempo regimental e, na hora do debate, devem se pronunciar, senão a gente não produz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Sr. Renato Borges Dias.

O SR. RENATO BORGES DIAS - Sr. Presidente desta Mesa, Deputado Reginaldo Lopes, na pessoa de quem cumprimento S.Exas., os Deputados aqui presentes, estendo também meus cumprimentos a todas as entidades, os movimentos sociais organizados aqui presentes para debater este importante



assunto que nos traz a esta CPI, com o fim de levantar as causas, os custos sociais e econômicos diante da grave violência e das mortes não só dos nossos jovens negros e pobres, como também brancos. E, desde já, em nome da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, posiciono-me radicalmente contra qualquer tipo de racismo e preconceito em nossa sociedade.

Concordamos com o que disse aqui o Deputado Reginaldo Lopes em seus apartes. Esse tema, Deputado, é realmente muito complexo, envolve diversas variáveis. Não é à toa que a Presidência da República, através da Secretaria Nacional da Juventude, o Ministério da Justiça, a quem estamos vinculados, recentemente publicou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Social como o novo indicador do Plano Juventude Viva. E ele traz, como eu disse, vários aspectos que contribuem para o tema ora debatido. Envolve educação, sem dúvida nenhuma.

Na questão da educação a gente vê um ponto crítico, assim como na segurança pública. E aqui nós temos que deixar a hipocrisia de lado e colocar o dedo na ferida, porque, de certa forma, a política que está sendo conduzida, principalmente no âmbito da educação e no âmbito da segurança pública, deixa-nos muito preocupados com o futuro das nossas crianças e dos nossos jovens.

Hoje em dia um professor é tratado de forma intimidadora pelos nossos jovens. Acabou-se a autoridade do professor dentro da sala de aula. O professor hoje para ir para a sala de aula, em determinadas regiões, tem que ter escolta policial ou guarda privada contratada. Isso é um absurdo.

Segurança pública. O policial vem sendo tratado, muitas vezes, como bandido, e o bandido criminoso, traficante, ganhando prêmio, saudação da sociedade e da imprensa.

Não foi à toa que esta semana um policial militar de São Paulo, em ato heroico — e aqui nós rendemos as homenagens a esse policial, que não mediu consequências, em momento algum, e poderia ter deixado uma viúva, que é a esposa dele, e seus filhos órfãos —, perseguiu sozinho, por mais de uma hora, dois marginais que conduziam uma motocicleta em alta velocidade, subindo em calçadas, fazendo manobras proibidas, colocando em risco a vida de pedestres e transeuntes na Capital de São Paulo, poderiam ser atropelados, vitimados, até



fatalmente. E esse policial sozinho não desistiu, durante mais de uma hora, de perseguir esses bandidos. Estavam conduzindo uma motocicleta roubada, estavam armados, e quando o policial se aproximou, o bandido jogou o capacete nele, em alta velocidade. Esse capacete poderia ter derrubado e ferido o policial, mas ele não teve outra alternativa, a não ser utilizar-se do poder de polícia para reter aqueles criminosos. Atirou, sim, nos criminosos, mas atirou na perna, não atirou para matar.

Esse policial agiu de forma mais brilhante, disciplinada, treinada que poderia ter feito. E hoje o que nós ouvimos nas notícias? O policial, em vez de ser condecorado pelo Comandante-Geral da PM de São Paulo, está preso.

E aí a sociedade vem querer discutir criminalidade e violência contra os jovens brancos, pobres, negros, sendo que não valoriza o professor dentro da sala de aula, não valoriza os profissionais da segurança pública, não valoriza as políticas sociais que devem ser implantadas. O Governo não tem mecanismos para constituir, nos Estados e nas cidades, instituições para receber os jovens usuários de drogas.

Eu tenho um primo que, infelizmente, Deputado, se tornou um usuário de *crack* e foi preso! E isso é muito grave. Concordo com V.Exa.: é questão de saúde pública. Nós devemos aqui nesta Casa provocar este debate — por isso, eu saúdo mais uma vez a iniciativa desta CPI — no sentido de deixar bem claro, como disse o Deputado Reginaldo Lopes, o que é realmente tráfico, o que é realmente a linha da criminalidade que visa a aumentar, a fomentar o contrabando e o uso de drogas e o que é a linha da saúde, daquele jovem que não teve oportunidade de estudar numa escola decente, daquele jovem que não teve oportunidade de ter uma vida social, com pessoas ao seu redor que focassem nos princípios da boa educação, nos princípios da família, e aí foi perdido, foi cooptado pela bandidagem, e hoje se tornou um doente em virtude do uso da droga.

Nesse sentido, nós da Polícia Rodoviária Federal temos um posicionamento e um trabalho muito focado nos direitos humanos. Os policiais rodoviários federais do Brasil, como existem rodovias federais cortando todos os Estados e regiões do País, desenvolvemos um projeto que se chama Mapear. Segundo dados que levantamos, somente em 2013 e 2014, há quase 2 mil pontos vulneráveis de inserção de criança e adolescentes, algum tipo de violência, principalmente a violência sexual infantil.



Mais de 3.500 jovens, desde o sexto ano consecutivo do Projeto Mapear, foram retirados dessas condições vulneráveis.

Diante disso, em 20 de maio deste ano, a Polícia Rodoviária Federal recebeu o Prêmio Neide Castanha, justamente por ter esse projeto de fomento, de conhecimento para as instituições superiores, com esses pontos, no sentido de levantar políticas sociais e de combate a esse tipo de crime contra os nossos jovens.

Quero aqui também destacar a importância de a gente repensar de forma sistêmica o sistema da segurança pública no País. Respeito a opinião do nosso antecessor, representante aqui dos delegados da Polícia Civil do Brasil, mas, da mesma forma como o Deputado Reginaldo Lopes colocou que a legislação específica sobre o combate às drogas está anacrônica, precisa ser revista — destacar o que é usuário, problema de saúde, o que é tráfico, rever o que se pode definir, a diferença de pontuar item por item o que se refere ao tráfico de drogas —, eu também considero o sistema de segurança pública atual extremamente obsoleto.

Por mais de 200 anos, nós vivemos essa situação de ter duas polícias, cujo trabalho é mitigado, nenhuma faz o trabalho do início ao fim, seja desde o momento da ocorrência do crime, apuração e investigação. Isso precisa ser revisto. E, graças a Deus, este debate entrou na ordem do dia desta Legislatura.

Eu estou falando aqui do importante ciclo completo de polícia em todas as instituições e segmentos. No Brasil, e acredito que em poucos países, existe esse modelo anacrônico. Nos demais países restantes do mundo, seja na América, na Europa, existe, sim, há muito tempo, o ciclo completo de polícia.

E quero aqui pedir o apoio desta Casa e dos membros desta CPI: ao abordar de forma complexa todos esses aspectos que envolvem a violência contra os jovens negros e brancos do País, que também façam uma reflexão no que precisa ser mudado no sistema de segurança pública do País, propondo reunião das Comissões específicas da área. Que apoiem iniciativas, como a do Deputado Subtenente Gonzaga, com a realização do Seminário Internacional sobre a Polícia de Ciclo Completo aqui recentemente, e avancem este debate no Senado e nas audiências públicas nos Estados.

E quero dizer que muito pode ser resolvido de forma positiva. Podemos reduzir as mortes dos nossos jovens ao se atacar, principalmente, a questão da



educação, a questão da segurança pública e a questão do combate ao tráfico de drogas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Renato Borges. (*Palmas.*)

Com a palavra o Sr. Jânio Bosco Gandra.

O SR. JÂNIO BOSCO GANDRA - Queremos saudar o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta Comissão, e, na pessoa dele, saudar todos os Parlamentares que aqui estão nesta plenária — demonstrando que existe interesse por parte desses Parlamentares que aqui estão — e também os que não puderam estar aqui presentes.

Saúdo também os meus colegas policiais que aqui estão — todos os quatro são policiais que nos antecederam na fala.

E queremos aqui trazer a nossa opinião, não a opinião do Presidente da Confederação dos Policiais Civis, mas a opinião da entidade. Eu vou trazer aqui a opinião da entidade.

Em primeiro lugar, nós queremos admitir, Sr. Presidente, que, infelizmente, no nosso país Brasil existe, sim, o racismo. Nós somos um povo racista! Nós não somos bonzinhos, não. Nós maltratamos nossos jovens. Nós maltratamos nossas mulheres, na medida em que mais de 60 mil estupros estão sendo cometidos no nosso País! Nós não respeitamos nossas mulheres! Nós não respeitamos nossos velhos! Nós não respeitamos nossos pais! Existe uma grande diferença entre tratar as pessoas menos abastadas e as pessoas que são ricas. Existe, sim! O Brasil discrimina quem não usa terno e vai para a fila do banco. O Brasil discrimina a cor da pele do ser humano. O Brasil discrimina porque nós temos os olhos puxados e somos chamados de índios, somos chamados de subespécie. O Brasil, Sr. Presidente, é um país que discrimina as pessoas, infelizmente!

Enquanto policiais, também somos discriminados porque a cultura do nosso povo, a cultura da grande mídia é para ir contra a família brasileira, é para existir uma grande inversão de valores. E nessa cultura de inversão de valores está muita coisa embutida que ninguém tem coragem de dizer a público.



Nós tivemos uma ideia, a discutimos e a vimos discutindo há anos com os nossos pares de todo o Brasil, e entendemos por que nós, policiais civis, somos discriminados pela grande maioria da população.

Primeiro, porque a grande mídia escreve contra os valores. Os valores estão sendo investidos. Enquanto nos Estados Unidos, em alguns Estados, e na Inglaterra, que tem a Scotland Yard, são respeitados pela sua população, o nosso País entende que ser policial já merece ter um respeito diferenciado. Ou seja, isso é cultural.

Como, então, poderemos mudar essa cultura do nosso povo? Primeiro, reconhecer que a segurança pública do nosso País está completamente atrasada, não serve para o que veio e para o que ela existe enquanto estruturas policiais.

Falo da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Federal e também da Polícia Rodoviária. Com algumas exceções, a Polícia Rodoviária se transforma agora numa polícia que está caminhando para ter os seus acertos e o reconhecimento da população, colega Renato, talvez porque a estrutura de vocês é totalmente diferente da Polícia Civil, totalmente diferente da Polícia Federal.

Então, nós temos que reconhecer que a estrutura desses órgãos policiais não serve mais para o Estado Democrático de Direito que nós brasileiros procuramos vivenciar. A polícia, se fosse uma empresa, já estaria falida há muito tempo. Nós trabalhamos insatisfeitos, nós não somos reconhecidos pela nossa atividade. Hoje só descobrimos os autores dos crimes porque existe a disposição de cada um policial, porque corre nas suas veias o seu sangue vocacional de ser policial.

Pelo apoio da maioria dos governantes não existiria mais Polícia Civil, tampouco Polícia Militar — tampouco Polícia Militar. E aí eu faço um aparte para a Polícia Federal, que é uma polícia específica e é da União. Mas as policiais estaduais não servem mais da forma como estão para cumprir a sua missão principal, que é a de investigar e de tratar da ostensividade nas cidades.

Ora, se nós vamos discutir que, primeiro, reconhecemos que há racismo, que nós maltratamos nossos negros, nossos índios e também alguns brancos que estão na periferia, nós temos que reconhecer também que não tratamos sequer dos nossos órgãos policiais. Há uma desvalorização do policial. Parece-me que há uma desvalorização sistêmica do policial.



Eu deixo, então, para todos fazerem uma reflexão: por que isso aqui no nosso País é assim? Será que estão querendo também privatizar a segurança pública? Eu acho que a gente pode pensar que sim. Da forma como já foi feito com a educação e com a saúde brasileira, será que também querem fazer isso com a segurança pública? Será que quem tem mais pode se proteger e aqueles menos abastados não vão ter o serviço da Polícia Civil, que é do Estado e não é do Governo? É isso que os governantes, na sua grande maioria, confundem: polícia de Estado com polícia do “meu governo”. Aí, eu faço a polícia da forma como eu quero.

Está errado! Está faltando uma padronização na Polícia Civil do Brasil, está faltando uma padronização também na Polícia Militar. A Polícia Militar também não está bem! Ela tem o regime disciplinar do Exército, das Forças Armadas, do militarismo! Eles utilizam isso para os seus membros. Está errado! Na Polícia Civil há uma desvalorização sistêmica, não temos uma carreira sequer. Não temos uma carreira como têm, por exemplo, os profissionais da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, como os bancários. Não temos perspectiva de crescimento na profissão.

Os salários estão achatados na grande maioria dos Estados. Em São Paulo são 14, Sr. Presidente, 14 nomenclaturas de policiais. Há o telemático — aqui está a Deputada e sabe muito bem disso —, há o escrivão, há o agente de custódia, há o investigador, há o delegado... E são 14 nomenclaturas. Isso cria uma balbúrdia muito grande, porque nós não sabemos quem é quem, quem é polícia, quem não é.

Nós não temos sequer ainda o comando que foi previsto no § 7º do art. 144 Constituição de 1988, para que fosse regulamentada a estrutura da Polícia Civil. Até hoje não regulamentamos! Não existe uma padronização no Brasil. E olha que a bala que entra no peito do policial gaúcho é a mesma que entra no peito do policial lá de Roraima. As leis são as mesmas no nosso País, diferentemente dos Estados Unidos, mas não temos sequer uma padronização, não temos identidade. Então, é preciso que faça, sim, uma reforma na segurança pública.

E quanto ao ciclo completo? O que nós temos a dizer sobre isso? Somos favoráveis não só ao ciclo completo, nós somos favoráveis que haja uma reforma, uma reestruturação nos órgãos da segurança pública, principalmente nos órgãos dos policiais estaduais. Mas antes é necessário que nós entendamos que ciclo completo nós queremos. Será que somente o ciclo completo? De que forma? Vai ser



mitigado ou não vai ser? De que forma vai ser regulamentado isso? E o RDE das Polícias Militares? Será que nós vamos tentar acabar com esse regime com que ainda são tratados os seus membros? Será que nós vamos permitir que fiquemos ainda em quartéis? Ou será que nós vamos nos transformar em policiais únicos?

Há muitas expectativas, e não devemos criar muita coisa, não. Basta a gente ver onde está dando certo. Sabemos que estão dando certo alguns modelos de polícia mundo afora. Por que não copiamos também da mesma forma, como nós copiamos o modelo de política econômica para o nosso País? Por que não copiamos também a política de segurança pública que os países que estão se dando bem adotam lá? Então, esse é o nosso posicionamento. Já encerrou o meu tempo, tenho apenas 12 segundos.

Quero saudar as mulheres, as negras e as brancas, as que têm os olhos esticados assim como os meus, descendentes dos indígenas do Brasil, e também a todos os brancos, caucasianos, aqueles que são descendentes de europeus. Esse sangue também corre nas minhas veias.

Quero dizer a todos vocês que nós precisamos repensar a segurança pública. Mas antes disso, também, ou então ao mesmo tempo, nós precisamos repensar os valores que nós estamos querendo adotar em nosso País, através de leis. Eu acho que o valor moral... Eu lembro que, no meu tempo — tenho 55 anos —, eu estudava Educação Moral e Cívica. Eu aprendi a cantar o Hino Nacional, quando era pequeno ainda, no colégio. Hoje em dia ninguém pode falar nisso, talvez ninguém consiga nem cantar o Hino. Se a gente for às escolas públicas e pedir para uma classe do ensino fundamental cantar o Hino Nacional, ela não vai cantar, ela vai cantar o hino do clube ou então outro *funk*.

Então, meus amigos, essa é uma crítica que trago para nós mesmos. Eu sou mais brasileiro do que qualquer brasileiro, porque sou descendente indígena também. Mas nem por isso sou mais ou sou melhor. Sou mais brasileiro talvez no sangue, porque viemos lá das selvas amazônicas.

Quero saudar também todos aqueles que discordam do nosso posicionamento, porque é assim no debate que a gente chega a um consenso ou então a alguma coisa que a gente pode caminhar de mãos dadas.



Eu acho que nós temos que respeitar todos, inclusive o credo religioso. Nada de tentar discriminar quem quer que seja. Eu acho que aí a gente vai conseguir, com essa diversidade de ideias, e tendo aqui, no Parlamento, o senhor no comando desta Comissão, quem sabe, para fomentar isso. E quero agradecer a oportunidade e me disponibilizar a também participar desses debates.

É preciso que haja debates, sim. Não queremos — e já concluindo —, com a ausência de debates, de propostas de uma política de segurança pública para o nosso País, de uma nova política, ter oportunistas para se beneficiar com o corporativismo negativo.

Muito obrigado a todos. E que o Brasil seja feliz! É isso que a gente pede. E que Deus esteja nos abençoando. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Eu quero desfazer esta Mesa e convocar a próxima. Nós temos três Mesas.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu queria solicitar a anuência de V.Exa., porque cheguei logo cedo, mas ocorreu um atraso e tenho outro compromisso. Nesta Casa aqui — e saúdo todos os expositores — a dinâmica desta Casa é muito forte. E, muitas vezes, a gente participa de várias Comissões. Então, eu vou fazer uma intervenção e peço licença logo após, porque eu vou ter que sair.

Primeiro, parabenizo a Presidência desta CPI, cujo foco é a violência contra os jovens negros e pobres, por convidar nesse primeiro momento a Associação Brasileira de Criminalística, a Federação da Polícia Rodoviária Federal, a COBRAPOL, a ADEPOL, representantes da Polícia no Brasil, enfim, todos os expositores — claro que tem o contraditório — para a gente compreender que liame nós temos em relação a esse foco. E a gente verifica aqui uma visão diferenciada. Isso é bom para a democracia.

E aí eu queria destacar que foi importante a fala do Sr. Jânio Bosco, grande representante da COBRAPOL, porque se fosse a fala de um Parlamentar, a gente já tinha uma marca ideológica. Aqui nesta Casa tem e é importante. V.Exa. fez uma fala, eu fiz questão de colocar aspas no conteúdo e vou repetir: *“Se a polícia fosse uma empresa privada, estava falida”*.



Há uma frase de que eu gosto muito, é um grafite peruano, que diz o seguinte: “*Quando pensei que sabia a resposta, mudaram as perguntas*”. A gente está vivendo um novo paradigma, pessoal. A realidade da Constituição de 1988 define claramente na Constituição que a segurança é dever do Estado, sem fazer o restante do complemento. Nessa visão *stricto sensu*, caberia só ao Estado fazer isso. Claro e logicamente que tem a estrutura federal.

A gente está em 2015. A gente não tinha um fenômeno que vocês fizeram numa fala aqui de um processo que está, de fato, prejudicando sensivelmente o Brasil, que é o *crack*.

Eu sou de um Estado que é considerado o mais violento, Alagoas, com belezas naturais, mas, ao mesmo tempo, com uma contradição social enorme. Num final de semana, entre uma sexta e segunda-feira, ocorreram 36 mortes no Estado — entre uma sexta e uma segunda! É maior do que um conflito que tem a maior propaganda, que é o conflito entre Israel e Palestina.

Então, veja bem, isso é uma realidade. E essa realidade é territorial; ela é da periferia. Essa realidade tem sexo; ela é masculina. Essa realidade tem poder econômico; são os jovens pobres. E essa realidade tem um corte racial, que são os jovens negros. Agora, desmistificar esse debate é tentar, eu diria assim, numa visão pejorativa, dizer que todo mundo aqui é tolo. Ela é real, pessoal. Existe discriminação.

O sociólogo Castel, que tem uma relação histórica com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e também com o Presidente Lula, fazendo um contraponto em relação àquela teoria clássica do homem bom, ele desmistifica isso, do futebol, do samba etc. e tal, que é pacífico. Na realidade, tem um grau de violência, como foi dito pelo Sr. Jânio.

Alagoas é o segundo Estado mais violento contra as mulheres, só perde para o Espírito Santo. Isso é real. Quanto aos jovens, aqui em Brasília, que deveria ser um exemplo, há jovens de classe média que depois de saírem de seus pontos de bebedeira, de droga, etc. e tal, veem um índio e vão atear fogo nele. Um jovem vê uma pessoa, um mendigo que está morando debaixo do viaduto, ele para, vai a um posto de gasolina e volta premeditadamente. Então, é uma situação que a gente tem que analisar com muita calma.



Finalizo dizendo que ouvi todos os expositores, e é importante, nessa temática, a gente fazer uma discussão em relação a que polícia queremos. Eu avalio que se a polícia ficar numa visão corporativa, fazendo a defesa de um modelo histórico, como a Polícia Militar, que vem desde o tempo do Império — era uma polícia para servir ao rei, e não à sociedade... E aí também tenho até a sua mesma visão, Jânio. Acho que, dentro da estrutura do Brasil, a que era o patinho feio, hoje, em tese, tem a estrutura mais moderna: a Polícia Rodoviária Federal. Essa é a minha visão.

Isso é recente. E não foi no Governo do PT — e eu sou do PT —, foi no Governo do Fernando Henrique Cardoso. É preciso registrar, porque é uma questão de justiça, que na polícia um agente pode chegar a inspetor. E, na estrutura da Polícia Federal, o agente, mesmo com nível superior, nunca chega a delegado. Esse *apartheid* leva aonde esse processo?

O conflito dentro da Polícia Federal a gente tem que aprofundar. Eu acompanho um pouco os agentes. Ele está tendo um nível de beligerância que pode ter, inclusive, na estrutura, até crimes dentro da organização. Não se discute, Sr. Presidente, o número de suicídios que ocorrem dentro da Polícia Federal, em serviço! E nisso tem a questão da motivação.

Então, eu queria parabenizar os expositores em relação à temática. E esta Casa vai apreciar o projeto do ciclo completo, de autoria do Senador Lindbergh. Claro que não vai ser a panaceia, mas a gente tem, pelo menos, a possibilidade de ouvir. Por que o ciclo completo? Em que melhora? Que unidade de ação nós temos? A sociedade brasileira não está preocupada se é Guarda Municipal, se é Polícia Civil, se é Federal, se é Rodoviária. Ela quer segurança. Então, que a gente consiga ultrapassar o corporativismo e pense na sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulão.

Há dois inscritos, que são o Deputado Damião e o Deputado Edson Moreira. Qual é o problema de fazer várias Mesas? Nós temos a segunda e a terceira Mesas...

Com a palavra o Deputado Damião.



O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, é só uma questão de ordem. Eu não quero falar, não. Eu só quero ver se a gente... Quando a gente terminar esta audiência, ainda temos mais duas Mesas à frente, ainda temos requerimentos, e eu tenho interesse de aprovação de requerimentos. Se for para debater, nós não vamos chegar ao fim desta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu faço um apelo ao Deputado Delegado Edson Moreira, se ele pode ouvir as outras duas Mesas para fazer depois a sua intervenção.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Infelizmente, não vou poder, Sr. Presidente. Se não for possível fazermos uma intervenção, a gente deixa para outro dia. Mas fica registrado aqui que a gente queria fazer, mas não deu.

A dinâmica aqui, como o Deputado Paulão disse, é muito grande. Eu vim da Frente Parlamentar de Combate ao Roubo de Carga, eu vim lá do plenário. O pau está quebrando aqui na Casa. Têm as pautas daqui também, tem empresa lá de Montes Claros. Quer dizer, está difícil. Se o senhor me permitir, eu farei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo-lhe 1 minuto, Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Então, é o seguinte: Antes de mais nada, no ciclo completo tem que se falar em unificação das polícias, uma polícia única, com carreira única. Isso vai acabar com os problemas que o Deputado Paulão falou, de o agente não chegar a delegado, etc. Começa de baixo, uma carreira policial única, pode ser acadêmica, uma carreira de segurança pública, como eu já propus desde 2003, e termina no final.

O que acontece? Aquela experiência que vai pegar na rua, no começo, quando chegar lá no final da carreira, ele já estará dominando completamente a segurança pública, em todos os ramos — em todos os ramos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Solicito um pouco de silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - A Polícia Militar quer ser força auxiliar do Exército num ramo, quer investigar no outro e quer, como se diz,



levar tudo para ela. E a Polícia Científica, como fica? Como fica a Polícia Investigativa? Pelo que eu observei até hoje, nesses 35 anos de polícia, os maiores erros judiciários aconteceram como? Vamos começar lá na época de Getúlio Vargas, no episódio do tenente da Polícia Militar que prendeu os irmãos Naves e fez aquela tortura toda. Quem era? Era o Tenente Francisco. Então, quer dizer, é preciso ver tudo isso aí com muito carinho, com muita cautela. Carreira única, policial única, a meu ver é a solução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Queremos agradecer aos componentes desta Mesa que vamos desfazer e convidamos os da segunda Mesa. Permaneçam aqui para a gente continuar o debate.

Obrigado pela presença. *(Palmas.)*

Para compor a segunda Mesa, convido o Tenente Coronel Marcelo Hipólito Martinez, da Polícia Militar de Santa Catarina. Está presente? *(Palmas.)*

Convido para se sentar à mesa o Major Marcelo Pinto, da Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Agradeço sua presença. *(Palmas.)*

Convido também para se sentar à mesa o Sr. Marcos Leôncio Ribeiro, da Associação dos Delegados da Polícia Federal.

E convido o Sr. Renato Rincon, Vice-Presidente do SINPOL, do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, enquanto os convidados se acomodam, eu queria fazer uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - A Presidente Dilma, neste sábado, vai aos Estados Unidos, e, na da agenda da Presidente, está marcada uma visita ao Memorial Martin Luther King, onde ela vai discutir o programa de promoção da igualdade racial. Será comum entre os Estados Unidos e o Brasil um programa de promoção à igualdade racial.

Eu queria saber da possibilidade de a gente aprovar hoje um requerimento para mandar um representante da nossa Comissão, pelo menos para interagir com o grupo dos Estados Unidos e com o grupo do Brasil, já que o programa será comum



aos dois países. O programa será comum tanto ao Brasil quanto aos Estados Unidos para a promoção da igualdade racial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Peço a V.Exa. que encaminhe o requerimento para, na próxima terça-feira, a gente aprová-lo e designar os...

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - É que a Presidente vai sábado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ah, sábado?

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - É. Então, é para V.Exa. pensar o que a gente pode fazer até o fim desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. V.Exa. tem a disponibilidade de estar presente, de ir?

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - É... Vamos conversar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então nós vamos fazer o encaminhamento. Vou pedir depois ao Robson para verificar sobre a ida da Presidente.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero passar a palavra, então, ao primeiro convidado desta segunda Mesa, o Sr. Renato Rincon.

O SR. RENATO RINCON - Bom dia, Presidente. Bom dia, ilustríssimos Srs. Deputados, demais componentes da Mesa e público em geral.

Estamos aqui representando o Sindicato dos Policiais Civis do DF, que é um dos maiores sindicatos de policiais civis do Brasil, tanto em número de filiados quanto pela importância geográfica e pela atuação aqui no Congresso Nacional.

O tema desta CPI é bastante relevante, atual, e nós não podemos fechar os olhos à questão do racismo, que não é uma questão das polícias brasileiras somente, é uma questão da nossa sociedade. É preciso enxergar esse problema, e aqui repudiamos toda a forma de discriminação que acontece em nossa sociedade.

Essa questão do racismo tem origem histórica. Não teremos tempo aqui para nos aprofundar nessa questão, mas nós sabemos que isso advém do Brasil Colônia, da nossa época de escravidão, da questão da desigualdade social extrema no nosso País e ainda da questão das parcas e incipientes políticas públicas para inclusão desses grupos sociais.



Nós não fechamos os olhos para isso, para essa realidade. Mas queremos dizer também que a polícia brasileira, como já foi dito aqui pela mesa anterior, necessita de uma reestruturação em suas bases. A nossa política de segurança pública está falida! Nós temos uma estruturação do setor que advém da primeira metade do século passado e não atende mais à sociedade brasileira, não apenas aos policiais, não apenas às vítimas. Nós nos colocamos também como vítimas desse sistema.

Nós somos uma das polícias que mais morrem no mundo. Os nossos números são comparáveis apenas àqueles países que estão em guerra. Não somos apenas uma das polícias que mais mata, nós estamos em uma situação de violência endêmica. Isso precisa ser reconhecido. Como enfrentar tudo isso? Além dos aspectos sociais, porque, antes de falhar o policial, falhou a família, falhou o sistema educacional.

Eu sou professor também e reconheço que o nosso sistema educacional é arcaico, assim como a estrutura da polícia, e precisa ser remodelado. Esta Casa aqui tem uma responsabilidade enorme nessa questão. Nós precisamos resgatar... E, por isso, a importância de estarmos aqui hoje.

Além do sistema educacional, falhou a sociedade civil organizada, falhou o Estado brasileiro. Então, querer colocar toda a responsabilidade em cima de um ator, que é o policial, por esses erros que advêm do nosso Brasil Colônia, nós consideramos um absurdo. Somos tão vítimas quanto qualquer outro cidadão que está tombando dia a dia nas ruas brasileiras.

Apenas como fator de ilustração, o Distrito Federal deveria ser um ente da Federação diferenciado, uma vez que tem fundo próprio para manter a segurança pública, pelo menos, em tese, deveria ter. Nós temos cerca de 13 bilhões/ano para manter a segurança pública e auxiliar a saúde e educação. Infelizmente esses recursos, nos últimos governos, têm sido desviados para outras áreas, e não conseguimos sequer manter o quadro de policiais no Distrito Federal.

Nós temos uma defasagem de cerca de 47% no quadro de policiais civis no Distrito Federal. Metade do quadro da Polícia Civil está vago. Isso gera o que na população? Uma forte sensação de insegurança, uma forte sensação de impunidade. Mas isso não basta. Nós precisamos falar sobre reestruturação.



A nossa Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal estão falidas. Temos alguns exemplos que podem nortear a discussão, como é o caso da Polícia Rodoviária Federal, porque existe o acesso único, o ingresso único na carreira. Isso é algo que precisa ser discutido e pensado aqui nesta Casa Legislativa. Nós precisamos discutir qual o modelo de polícia, qual o modelo de segurança pública que nós queremos.

A questão do ciclo completo também está sendo discutida. Como bem disse o Presidente Gandra, da COBRAPOL, nós queremos discutir a questão do ciclo completo, mas isso precisa ser discutido de forma bastante ampla.

O modelo atual não nos atende. Mas nós queremos sim reorganizar a polícia, porque a polícia é feita por um conjunto de profissionais, não é apenas um cargo, como nós percebemos nas discussões, nos colégios de líderes e nas discussões sobre essas questões policiais. Não existe apenas um cargo na Polícia Civil, na Polícia Federal. Existe um conjunto de atores que trabalham pela persecução criminal, para apurar a origem, a materialidade e a autoria de um delito. Isso precisa ser valorizado. A investigação criminal possui um aspecto multidisciplinar, todos os cargos que compõem a estrutura precisam ser valorizados e respeitados e devem ter a devida autonomia para a atuação funcional.

Então, isso tudo precisa ser colocado à mesa. Não existem soluções fáceis, não é um PL, não é uma PEC que vai resolver toda essa questão, mas é preciso dar início aos trabalhos.

Há uma Lei Geral da Polícia que não nos atende, que, mais uma vez, traz à baila apenas a discussão, apenas as vantagens e as prerrogativas de um determinado cargo da Polícia Civil e da Polícia Federal. Precisamos repensar esse modelo. O ingresso único é importante; o ciclo completo é importante. Reconhecemos isso.

Apenas a título de ilustração, nós temos, no Distrito Federal, um índice de homicídio 13 vezes maior do que o do país ao lado, o Chile, que possui uma realidade social um pouco melhor, mas semelhante a do nosso País, e 47 vezes superior ao da Alemanha. Então, alguma coisa está errada. Muita coisa está errada. Isso nós precisamos discutir.



Temos aqui Parlamentares que são envolvidos com o tema, contamos com essa colaboração dos senhores, porque nós precisamos repensar o modelo de segurança pública.

Ilustríssimo Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, e demais componentes da Mesa, o Sindicato dos Policiais Civis coloca-se sempre à disposição para retomar esse assunto. Não fugimos à luta, não fugimos às discussões. Queremos nos somar também aos movimentos que representam os negros, os jovens e todas as minorias que precisam dessa rede de proteção estatal. Nós reconhecemos as falhas que existem no sistema, mas podem acreditar que isso não advém de uma postura explícita do policial. Isso advém de um modelo de sociedade falido, um modelo de segurança pública arcaico. Isso precisa ser colocado à mesa.

Manifestamos as nossas homenagens a todos e o nosso respeito a esta Casa e a esta Comissão.

Muito obrigado. Bom dia a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Renato Rincon.

Passo a palavra para o Sr. Marcos Leôncio Ribeiro, da Associação dos Delegados da Polícia Federal.

O SR. MARCOS LEÔNCIO RIBEIRO - Bom dia a todos. Quero cumprimentar os Parlamentares, na pessoa do Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes.

Quero já de antemão passar ao Presidente da CPI uma manifestação, que é a posição da Associação dos Delegados da Polícia Federal sobre o tema ciclo completo. Nós deixamos algumas cópias aqui com a CPI para distribuir aos demais membros da Comissão.

Quero dizer que, na última sexta-feira, em Natal, numa reunião do Fórum Nacional dos Delegados de Polícia de todo o Brasil, do qual a Associação dos Delegados da Polícia Federal — ADPF faz parte, nós fechamos posição contrária ao ciclo completo. Isso foi encaminhado tanto à Secretaria Nacional de Segurança Pública quanto ao Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil e também ao Colégio de Secretários de Segurança.



Qual é a nossa posição? O ciclo completo não é da polícia. E é isso que está nesse documento que a gente traz. Nós temos que pensar que o ciclo completo não vai resolver a violência contra jovens negros e pobres e nem contra a população brasileira. Imaginar que simplesmente essa mágica do ciclo completo vai resolver todos os nossos problemas é um equívoco.

O Constituinte de 1988 foi muito sábio, e nós teimamos em não querer o que a Constituição de 1988 estabeleceu: um ciclo de garantias, um ciclo completo de garantias, um sistema único de segurança pública, um sistema único, harmônico e integrado entre Estados, Municípios, União, todas as forças policiais desses entes federativos atuando de forma integrada.

Infelizmente, passados 27 anos, nós assistimos à não consolidação do Sistema Único de Segurança Pública. Ao contrário do que ocorreu com o Sistema Único de Saúde, ao contrário do que ocorreu com o Sistema de Assistência Social e também como está sendo consolidado com o sistema de federalização da educação básica.

Então, são 27 anos. E eu falo como uma autoridade da Polícia Judiciária. Foram 27 anos que vocês escutaram a seguinte palavra: “*segurança pública é investir em prevenção*”. E, nesses 27 anos, nós não tivemos investimento, uma política de investimento. O pouco que foi investido em segurança pública, nos últimos 27 anos, foi investido em quem faz polícia preventiva. Então, bem ou mal, nos últimos 27 anos, nos Estados, os recursos foram investidos nas polícias militares. Nos últimos 27 anos, as polícias judiciárias brasileiras foram jogadas ao relento, foram esquecidas.

E agora, 27 anos depois, a fatura é cobrada da Polícia Judiciária brasileira. Somente em 2012, nós começamos a ter a discussão sobre a estratégia nacional de segurança pública e de enfrentamento de homicídios. Somente em 2012, começou a se exigir a criação de delegacias especializadas em homicídios. Somente a partir de 2012, começou-se a perceber que, sem institutos médicos legais, sem polícia técnico-científica não se apura homicídio. E todas as mazelas da questão da apuração de homicídios são atribuídas à Polícia Judiciária.

E passados 27 anos, investindo-se em prevenção e em segurança ostensiva e em segurança nas ruas, a recente pesquisa Datafolha mostra qual é o grande



reclame da população brasileira: 88% da população brasileira diz que nós não temos polícias nas ruas, falta polícias nas ruas.

E nós vamos discutir agora o ciclo completo, ou seja, uma polícia que vai ter que estar nas ruas e vai ter que estar, ao mesmo tempo, fazendo investigação. E aqui é muito importante a gente separar o seguinte: não dá — aproveitando que estamos nas festas juninas — para assobiar e chupar cana ao mesmo tempo. Fazer segurança ostensiva, estar nas ruas, fazer prevenção, aquilo ali não se confunde propriamente com atividade investigativa. A atividade investigativa requer tempo, requer que você esteja dedicado àquela ação investigativa.

O que eu vejo muito na discussão sobre ciclo completo... E eu falo isso com tranquilidade, porque a Polícia Federal brasileira é uma polícia de ciclo completo. Ela tem sua atividade de segurança, preventiva, ostensiva e também tem essa atividade investigativa.

Só para exemplificar o que eu quero dizer aos senhores. Algumas pessoas me perguntaram: *“O que aconteceu que todos os dias praticamente está tendo uma operação da Polícia Federal e há alguns anos atrás isso não acontecia?”* É muito simples. Vocês ouviram falar na história de grandes eventos? Então nós tínhamos Jogos Militares, Jornada Mundial da Juventude, com a presença do Papa, nós tivemos Copa das Confederações, nós tivemos Copa do Mundo. Todo o efetivo da Polícia Federal dedicado a quê? Segurança preventiva ostensiva. O que causou na Polícia Federal? A atividade investigativa ficou prejudicada. Ela ficou represada. E só agora nós estamos conseguindo dar vazão.

O que eu quero dizer é que a atividade investigativa requer uma especialização, uma dedicação total àquela atividade, o que não vai ocorrer com a segurança preventiva e ostensiva. Os modelos que nós temos que fazem o ciclo completo são modelos de polícias unificadas, polícias que fazem, num braço delas, a segurança preventiva ostensiva, e, ao mesmo tempo, um braço delas faz polícia investigativa. O modelo que nós estamos caminhando aqui para ser proposto é de várias polícias em um processo que é um passo atrás na integração dessas polícias.

Veja só: a Constituição de 88 criou um ciclo completo de garantias. A polícia que está nas ruas, a polícia que faz aquele pronto enfrentamento não deve ser, pelo sistema de garantias puro, do sistema acusatório, que divide as tarefas, ser a



mesma polícia que vai verificar se todas as garantias daquele cidadão foram efetivamente cumpridas por uma delegacia de polícia.

Por outro lado, após a lavratura do auto de prisão em flagrante, tem que ter o cuidado do exame de corpo de delito, que deve ser feito pela polícia científica. Por outro lado, essa polícia tem 24 horas para informar ao Ministério Público, defesa, juiz, para que possam verificar se também foram garantidos os direitos do cidadão, e, num segundo passo, levado para o sistema. No sistema prisional, quem guarda não deve prender.

Há anos que transformamos as polícias judiciárias em presídios; as cadeias públicas, em sistema prisional. Obrigam centenas de policiais a cuidar de presos, quando eles deveriam estar fazendo a atividade de investigação. E a fatura é cobrada dos policiais civis e federais que fazem essas atividades.

Em toda essa questão, eu tive a oportunidade de dizer que nós temos que tomar muito cuidado e ver se essas defesas são boas para a sociedade ou são boas para determinadas carreiras.

Eu tive a oportunidade de conversar com um Prefeito do interior de Minas Gerais. Ele me falou assim: *“Leôncio, essa história de ciclo completo é boa”*. Eu disse: *“Por quê, Prefeito?”* *“Porque me disseram que, com o ciclo completo, eu vou ter mais policiais nas ruas, mais policiais fazendo atividade preventiva.”* Eu perguntei: *“Prefeito, qual é a lógica disso?”* — *“Não, porque eles perdem muito tempo fazendo um tal de TC, fazendo prisão em flagrante lá na delegacia, passam muito tempo fora das ruas”*. Eu disse: *“Prefeito, com o ciclo completo, em vez de ser feito na delegacia, esse TC ou esse auto de prisão em flagrante talvez seja feito na UPP”*.

E a gente vê o que acontece. Às vezes, quando a gente pega um cidadão e, em vez de levar para uma delegacia, leva para uma UPP. Dentro do sistema de garantias, nós temos que ter o cuidado de separar as funções, para que haja um controle da atividade policial, principalmente num país marcado por letalidade tão grande, principalmente entre jovens negros e pobres.

E eu disse para ele o seguinte: *“Prefeito, esse problema, você resolve muito fácil, com gestão, com tecnologia”*. E vou dar um exemplo. Minas Gerais mesmo tem um sistema que procura integrar os boletins de ocorrência eletrônicos; Santa



Catarina, também. A Secretaria Nacional de Segurança Pública também tem um sistema assim, o chamado SINESP — Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas. O registro de uma ocorrência não necessariamente requer mudança de legislação e nem ciclo completo, basta mudança de gestão e vontade política.

Hoje em dia nós caminhamos para que o cidadão... E eu digo que próximo daqui, em Goiás, existe um aplicativo de celular em que o cidadão faz um registro de ocorrência, e ele, eletronicamente, encaminha o seu pedido à polícia investigativa.

O que eu quero deixar claro é que temos receio de que haja um fenômeno de policialização no Brasil, onde nós vamos ter... Hoje, já temos uma grande dificuldade de integração entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, entre a Polícia Militar e as Guardas Municipais, entre a própria Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. E a criação de ciclos completos, em que cada uma dessas polícias poderá exercer suas atividades investigativas, num país onde a cultura é da não integração, onde a cultura é da não cooperação, o que nós vamos ter, infelizmente, é um sistema que não será um ciclo completo, mas, com todo o respeito, um “circo completo”, ou seja, uma competição predatória entre todas as polícias, uma querendo fazer o trabalho da outra, fazer melhor do que a outra, não tendo um sistema, mas tendo um “assistema”, algo disfuncional, algo que não funciona.

Eu insisto na necessidade de darmos um passo no que a Constituição de 1988 estabeleceu. O policial militar de ponta gosta de estar nas ruas, gosta de estar fazendo aquele trabalho de rua. Esse discurso de que muitos dos policiais que estão nas ruas querem ser polícia investigativa, com todo o respeito, é um discurso muito mais dos ofícios do que propriamente das polícias que estão nas ruas. O que eles querem é a valorização das atividades que eles gostam de fazer, que é o policiamento de rua.

É isso que eu gostaria de deixar pontuado. Acho que o ciclo completo é uma ilusão que vai de encontro ao sistema único de segurança pública no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Marcos Leôncio Ribeiro.

Passo a palavra ao Major Marcelo Pinto.



O SR. MARCELO PINTO SPECHT - Bom dia, senhores. Faço uma saudação especial ao Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta CPI. Eu peço escusa porque estou praticamente sem voz. Ontem, eu sai de Porto Alegre com 3 graus, cheguei aqui em Brasília, e a garganta estourou um pouco. Vamos, tomando muita água, tentar trazer uma experiência, podemos dizer, de embrião de ciclo completo, ciclo esse que está dando certo no Rio Grande do Sul, meu Estado.

Senhores, eu sou major da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, tenho 24 anos de serviço e, por muito tempo, comandeí áreas conflagradas de violência em Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul. E posso, com a autoridade de quem é policial, trazer uma vivência e uma experiência de uma alteração legislativa que ocorreu em 1995 e que proporcionou profundas reflexões. E, certamente, posso trazer também a situação e a experiência de Santa Catarina, que está tendo excelentes resultados perante a sociedade, que é o que interessa.

Então, senhores, novamente, reiterando o discurso que é, digamos assim, permanente nesta Casa: qual a polícia que nós desejamos, qual a polícia que temos hoje no Brasil? Todos os sete debatedores, que falaram antes de mim, colocaram as suas posições quanto a isso. E a terceira pergunta: devemos alterar o sistema policial brasileiro? Todos aqui chegamos à conclusão de que sim, mas de que forma nós vamos fazer isso?

A Organização Mundial da Saúde já diz que todos os fatores influenciam na segurança e não só o racismo contra negros e pobres. A família, a comunidade, a cultura do nosso País, tudo isso influencia para que hoje o Brasil seja um líder mundial em homicídios, seja de brancos, seja de negros, seja de pobres. Isso é um absurdo!

Há quantos anos foi editada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão? O que ela diz? Que a garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública, necessita que haja uma polícia para limitar a liberdade individual e coletiva do cidadão. Como é que até hoje nós não conseguimos isso no Brasil? Será que é só em virtude da polícia? Será que é porque a nossa polícia ostensiva é uma polícia fardada? Será que não há outros fatores mais importantes que estão influenciando nessa situação? Vou mostrar para os senhores que sim.



Lá no Rio Grande do Sul, Estado sulino mais longínquo do Brasil, a minha polícia tem 28 mil integrantes, hoje. Essa polícia tem 7 mil pretos e pardos, é uma polícia democrática, é uma polícia a que todos têm acesso para chegar à cúpula da instituição, do soldado ao coronel. Estudou, passou no concurso, pode ser coronel da Brigada Militar. As mulheres ingressaram na Brigada Militar no ano de 1986. Hoje, 13% do nosso efetivo é composto por mulheres, de coronel a soldado.

Mas o que interessa mesmo, senhores, é a nossa experiência no termo circunstanciado. Tivemos a maior alteração legislativa pós-88, que foi a promulgação da Lei nº 9.099, de 1995. Lá no Rio Grande do Sul, a Brigada Militar foi a primeira polícia do Brasil a implantar a lavratura do termo circunstanciado, a partir do ano de 1996, e de forma realmente efetiva, no ano de 2000.

Senhores, eu trago a experiência do Rio Grande do Sul dizendo que mais de 2 milhões de vítimas já foram atendidas pela Brigada Militar no local da ocorrência e não necessitaram se deslocar até uma Delegacia de Polícia, a uma Delegacia de Polícia em que muitas vezes não há um Delegado titular, a uma Delegacia de Polícia que muitas vezes está fechada a partir das 18 horas, não só no interior, como também na Capital do Rio Grande do Sul, porque o agente está de serviço 24 horas por dia, porque não há efetivo na Polícia Civil, e o agente necessita, às 18 horas, ir para casa, jantar e retornar às 20 horas. E aí, muitas vezes, ficam o PM, a vítima e o autor do fato lado a lado, muitas vezes sentados no mesmo banco da viatura esperando ser atendido. Que polícia é essa? Ou melhor, que sistema policial burro é esse que nós temos no Brasil? É realmente um sistema — parafraseando o Renato — que não funciona, que não tem como dar certo.

Então, senhores, quem faz o TC dá acesso à Justiça para a população, principalmente para a população carente. E, aí, fazendo um contraponto ao delegado, o que é melhor para a sociedade? Ser atendido no local do fato e ser liberado ali, a partir do momento da lavratura do termo circunstanciado, ou ter que se deslocar a uma delegacia?

E, aí, eu pego o exemplo de Rondônia, onde estivemos, em que o policial tem que viajar 70, 80 quilômetros, pegar uma balsa para conduzir a vítima e o autor do fato, sentados juntos mesmo, tem que viajar 2 horas para chegar a uma cidade e



fazer a lavratura de um termo circunstanciado. Isso é um absurdo! Depois retornam a vítima e o autor do fato sentados lado a lado para a cidade de origem.

O que nós somos, a Polícia Militar do Brasil, essa polícia tão atacada e tão criticada? Nós somos os operadores da cidadania. Somos nós que fazemos a defesa da sociedade no local do fato. Somos nós que estamos 24 horas por dia na rua trabalhando e defendendo a sociedade. Nós somos os defensores dos direitos humanos. Nós somos os promotores da paz social. Isso é a Polícia Militar do Brasil.

Eu vou trazer à baila o pronunciamento do Pleno do Supremo Tribunal Federal, que praticamente pacificou a legalidade da lavratura do termo circunstanciado pelas Polícias Militares.

Por que eu trago essa decisão do STF? Porque até hoje há uma discussão, corporativa, sobre a possibilidade de a PM e a Polícia Rodoviária Federal poderem lavrar ou não o termo circunstanciado.

(Exibição de vídeo.)

Bom, não vai ser um major da Polícia Militar do Rio Grande do Sul que vai ser uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Apenas para concluir, Deputado, primeiramente quero agradecer-lhe pelo convite. O padre diz que não permite o controle de natalidade; o pai não dá amor e carinho; o Estado não está dando educação; o País não está dando emprego. Senhores, vocês querem que eu resolva tudo isso? Eu não vou conseguir. Eu, policial militar, o policial civil, o policial federal, o policial rodoviário federal, o policial da NASA, o policial dos Estados Unidos, não vou resolver, porque o problema está no País. O problema está na estrutura e não nas polícias.

Para terminar, senhores, se acharmos que o problema da segurança pública é a estrutura militar de uma polícia, nós vamos continuar matando cachorro, e as pulgas vão continuar vivas.

Muito obrigado, senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Major Marcelo Pinto.

Com a palavra o Tenente-Coronel Marcelo Hipólito Martinez, da Polícia Militar de Santa Catarina.



O SR. MARCELO HIPÓLITO MARTINEZ - Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes aqui a esta CPI. É uma honra estar aqui. Agradeço muito pelo convite formulado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu sou o Tenente-Coronel Martinez, da Polícia Militar de Santa Catarina. Atualmente, sou Subcomandante e Chefe do Estado-Maior da 1ª Região, Florianópolis, que é a Capital de Santa Catarina.

É lógico que nós sabemos que a questão da violência contra jovens negros e pobres é multifatorial, mas, sem sombra de dúvida, a Polícia Militar está muito em contato com essa violência. Eu escolhi justamente o tema *Ciclo Completo de Polícia e a Violência do Estado*, porque o nosso sistema acaba favorecendo essa verdadeira violência que se pratica não só contra os autores, mas também contra as vítimas.

Nós trazemos aqui o exemplo de Santa Catarina, mencionada nesta CPI na semana passada ou retrasada, mostrando os números desse Estado, que é um Estado de excelência, um Estado de qualidade de vida.

Primeiro, gostaria de falar sobre um mito que se cria aqui no Brasil: que a Polícia Civil tem pouco efetivo. Não! Eu tenho estudado polícias do mundo afora. A média mundial é de 13% do pessoal na área de investigação. No Brasil, a média é 30%. Então, a Polícia Civil não tem pouca gente. Ela tem muita gente no Brasil. A questão é o modelo pelo qual nós optamos.

Nós seguimos um modelo vindo lá da França, via Portugal. Portugal avançou, distribuiu o ciclo completo de polícia, e nós, infelizmente, não avançamos. Nós ainda estamos em 1808, 1809, com aquele modelo trazido da Intendência-Geral de Polícia.

Temos que avançar. Isso é fundamental. Os números mostram essa necessidade. Hoje, essa é a realidade. Não há poucos policiais civis, há muitos. A nossa média é mais que o dobro da mundial.

Logicamente, poderíamos falar: “*Não, o modelo brasileiro é excelente, porque nós temos uma polícia que cuida de outra polícia*”. Isso também é único. No mundo todo, é o Ministério Público que cuida da polícia. Eu conversei com um policial francês, que falou: “*Não, meu chefe é o Ministério Público*”. — “*Ah, seu chefe? Na*



investigação?” Aqui no Brasil, nós criamos um modelo em que uma polícia cuida de outra polícia. Bom, até aceitaria, se fosse um modelo único no mundo que se destacasse pela excelência, mas, não, ele se destaca pela extrema ineficiência. E estamos falando da média.

No batalhão que eu comandava, na cidade de Balneário Camboriú, a Polícia Civil, no ano de 2013, acionada, compareceu ao local do crime só em 1,5% dos casos de roubos. Nos casos de tentativa de homicídio, compareceu em cerca de 50% deles. Geralmente, em casos de homicídio, ela aparece mais. Então, isso acaba sendo uma violência contra todos. São índices baixíssimos de apuração.

Este aqui é o *e-mail* que o adido policial francês dessa companhia, em Calais, no norte da França, mandou para mim, falando sobre o efetivo. A gendarmaria francesa atua nas cidades menores da França. Vejam, do total de 159 militares, como eles chamam os gendarmes, 12,6% trabalham na atividade de polícia judiciária. Nessa área, a polícia é única. Há outro detalhe: ele nos informa que, durante 40% do tempo dos gendarmes no policiamento, eles fazem atividade de polícia judiciária.

Infelizmente, isso no Brasil também confunde. Eu não sei dos outros Estados, mas em Santa Catarina, em geral... A gente tem visto pelo Brasil afora que, em geral, em uma delegacia com 20 policiais civis, um ou dois estão na investigação. O restante está tocando burocracia.

Então, vejam, eles fazem atividade de polícia judiciária na rua. Isso depende, também, do modelo que se adota. O modelo adotado no Brasil é extremamente burocrático. O policial tem que ficar numa sala trancada pegando depoimentos, o que não é o caso da França.

Há várias discussões sobre o assunto, mas nós acreditamos que, desses temas todos — desmilitarização, carreira única —, o que atinge mais rapidamente a população é justamente a questão do ciclo completo, que é onde vamos focar.

Temos o termo circunstanciado como um degrau — em Santa Catarina, nós já fazemos o TC desde 2007 — importante para o ciclo completo. Há um detalhe, senhores: os Estados Unidos têm cerca de 18 mil agências policiais, todas de ciclo completo — 18 mil! Em geral, em outros países maiores, temos duas polícias, mas lá são todas.



Lembro que nós, em Santa Catarina, levamos à risca os princípios da Lei nº 9.099, que instituiu o termo circunstanciado, a oralidade, a simplicidade, a formalidade e a economia processual.

Elencando alguns aspectos, quanto aos nossos objetivos pretendidos e alcançados, gostaria de destacar aqui que há redução do uso da força pela desnecessidade de condução coercitiva para a delegacia de polícia. Quantas vezes nós evitamos levar alguém para a delegacia, usar a força, até com abuso de autoridade — muitas vezes assim interpretado —, para muitas vezes o preso ser solto em seguida?

E também, como estratégia para liberar o efetivo da Polícia Civil para centrar esforços na apuração de crimes mais graves, que a Polícia Militar fique com os delitos menores, para os quais, em regra, não precisa de investigação. Basta um relato, como o próprio STF disse. Nós poderemos focar nos homicídios, tema tão caro e tão grave no Brasil hoje em dia.

E aí vejam como é a sistemática. Em regra, nos Estados, onde a Polícia Militar não faz o termo circunstanciado, vítimas, autores, testemunhas e policiais prestam declaração até três vezes, primeiro, no balcão; depois, para o delegado; depois, no termo circunstanciado do inquérito. No nosso caso, em Santa Catarina, e no Rio Grande do Sul também, só prestam declaração uma vez, e nós acabamos produzindo a revitimização de todas as partes.

Em Santa Catarina, gostamos tanto da rua que estamos implementando tecnologia embarcada. Num futuro bem próximo, o nosso TC vai sair direto para os fóruns, não vai passar por um quartel. Isso já está em funcionamento, senhores, não é algo que se planeja fazer, é a tecnologia embarcada. Através de um *software*, nós reduzimos 11 formulários. Estão todos num *tablet*. Nós fazemos o TC num *tablet*, com uma pequena impressora 3040. A pessoa já assina ali um termo de compromisso. A requisição de perícia já é feita na rua. É tudo na rua, não passa pelo quartel.

Então, brevemente — estamos em conversações com o Poder Judiciário —, esse TC vai direto para o fórum e o policial militar já marca a agenda. A pessoa já sai dali com o dia da audiência marcado e com a requisição de exames periciais.



Isso está em funcionamento em Balneário Camboriú e, brevemente, nos próximos meses, deve ser expandido para todo o Estado.

Estes são dados do início do ano: 120 mil TCs foram lavrados, 119 mil autores, 54 mil vítimas não precisaram se deslocar a uma delegacia de polícia. Em Santa Catarina, um Estado pequeno, com 295 Municípios, o atendimento de uma ocorrência por um delegado mais próximo ou mesmo por uma delegacia mais próxima muitas vezes redundam em deslocamento de cerca de 200 quilômetros, ida e volta.

Eu trouxe um vídeo para mostrar o depoimento do Desembargador do Tribunal de Justiça.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MARCELO HIPÓLITO MARTINEZ - O.k. Junto com isso, lógico, Santa Catarina tem inovado. Os oficiais, hoje, são de carreira jurídica. Para ser soldado da Polícia Militar é exigido curso superior. Então, tudo isso é um conjunto de ações para o melhor atendimento à população. As situações não são isoladas.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que a discussão mais importante é o aperfeiçoamento do modelo de polícia para melhor atender à população. E aí destacamos que existem democracias consolidadas envolvidas com a multiplicidade de polícias, como eu disse. A França tem duas polícias. Os Estados Unidos têm 18 mil forças policiais. Existem polícias com ética e investidora militar em democracias consolidadas e desenvolvidas. Mas não existem no mundo polícias pela metade. O único caso é no Brasil. Eu ficaria feliz que fosse um caso particular de eficiência, mas, infelizmente, é um caso particular de extrema ineficiência, vergonhoso. Temos dificuldade, inclusive, no contato com policial estrangeiro, de explicar o nosso modelo de duas meias polícias. Ninguém entende.

Muito obrigado, senhores. Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Quero agradecer aos componentes desta segunda Mesa. Vamos desfazer a Mesa e convidar os membros para a terceira Mesa.

Quero convidar para sentar à mesa o Sr. Thiago Carriço de Oliveira, Promotor de Justiça de Santa Catarina; o Sr. José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; o Coronel Elias Miller,



representante da FENEME — Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais; e também o Sr. Luís Antônio de Araújo Boudens, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

Concedo a palavra ao Dr. Luís Antônio de Araújo Boudens, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais.

O SR. LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS - Inicialmente, eu queria agradecer ao meu conterrâneo, Deputado Reginaldo Lopes, e parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pessoal, peço um pouco de silêncio, senão fica impossível ouvir a fala do nosso convidado.

O SR. LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO BOUDENS -... V.Exa. pela iniciativa. Eu vejo como um momento muito importante colocar em discussão o ciclo completo de polícias, as mudanças na estrutura policial a partir de um problema de violência contra jovens negros e pobres como propõe esta CPI.

Na verdade, quando você vê o tema da CPI, logo você procura saber quem é o autor dessa violência. Eu vi aqui a presença maciça dos rodoviários federais, civis, militares. E era praticamente obrigatória a presença dos policiais federais aqui, para que uma pecha não mais nos alcance, mais uma acusação da sociedade, agora, como autores desse tipo de violência.

Nós, viemos aqui, primeiro, para reconhecer esse débito que nós, policiais federais, temos com essa fatia da sociedade, mas não para reconhecer o problema todo, não assimilar esse golpe como a culpa por tudo isso. É óbvio que não. Mas, ao vincular essa discussão com o ciclo completo de polícia e elaboração do TCO, nós estamos dando um grande passo, e aí eu elogio a participação de todas as representações, inclusive da ANPR — Associação Nacional dos Procuradores da República e das entidades representativas dos militares, civis, rodoviários federais e policiais federais. Na verdade, era um problema, primeiro, para ser debatido institucionalmente, mas como sabemos que depois da Constituição, com todas as concessões democráticas, com a bandeira da liberalidade, da democracia extrema, as instituições não foram preparadas para combater o que estava por vir e aí sobrou para quem discutir isso? Para os próprios componentes das corporações policiais, e nós tínhamos um entrave corporativista, que era permitir a sociedade debater também segurança pública, o que hoje já existe uma abertura natural. Outro passo



importante foi ganhar representatividade no Congresso Nacional, não para ser chamado de bancada da bala ou do coldre ou o que seja, mas para trazer uma informação do que realmente acontece nas polícias, trazer um mapeamento dos nossos problemas, não como confissão, mas como uma realidade imposta por políticas governamentais erradas, aplicadas até hoje. Mas é importante que, da nossa voz, da fala dos policiais, surja a solução para combater esse tipo de problema, que é gravíssimo, da violência contra jovens negros e pobres no Brasil, assim como contra mulheres, índios e outros guetos da sociedade.

A participação da Polícia Federal no ciclo completo tem que trazer um esclarecimento a todos, porque já é exercido o ciclo completo de polícia dentro da Polícia Federal.

Como foi dito aqui pelo colega Delegado Marcos Leôncio, nós já aplicamos isso no nosso dia a dia. Nós temos atividade preventiva, ostensiva e, em certos momentos, fardada, que são as atividades de fiscalização, controle imigratório em fronteiras, portos, aeroportos. Nós temos um controle de produtos químicos, que é de atividade preventiva e ostensiva também e que muitas das vezes tem como consequência a investigação a partir de dados coletados por essa atividade de polícia preventiva, ostensiva.

E aí, com a perícia — não podemos nos esquecer da área pericial que faz parte, sim, do ciclo completo de polícia —, nós fazemos o ciclo perfeito, completo, dentro da Polícia Federal. Nós podemos trazer para vocês o que tem de vantagem e de desvantagem nisso.

O que tem de vantagem dentro da mesma estrutura, utilizando o mesmo sistema de processamento de dados, de manutenção de arquivos criminais, por exemplo, arquivos de identificação civil e criminal também, dados da perícia, é que nós conseguimos manter dentro da própria estrutura de uma mesma estrutura, agilizar a partir do momento em que você traz conduzidos, a partir do momento em que você inicia o trabalho de persecução criminal. É uma vantagem.

No caso dos Estados, por exemplo, eu vejo uma dificuldade muito grande em você ter duas instituições com naturezas diferentes — uma militar e outra civil — e uma sendo submetida à análise da outra antes do Poder Judiciário e antes do Ministério Público. É como se fosse um controle externo de uma polícia sobre outra.



Esse é o primeiro absurdo. Eu acho que o ciclo completo tem que acabar. E, por isso, eu acho que essa discussão pode avançar muito nesse sentido: eliminar todos os intermediários que existirem entre o crime, a investigação, o Ministério Público e a Justiça.

Todo burocrata que aparecer nesse caminho, todo doutor com teses sobre manutenção de *status quo*, de análise mal apurada dos dados criminais no Brasil sobre homicídios, sobre a efetividade e eficiência do trabalho policial, têm que ser chamadas para uma reunião de conscientização e interromper esse processo extremamente corporativista de travar discussões aqui.

Na semana passada, nós tivemos acesso a um *e-mail* em que se pede aos Deputados que não criem uma Subcomissão para discutir um tema importante como o ciclo completo de polícia, quando, na verdade, deveria ser o contrário. Vamos criar mais ambientes de discussão até se chegar ao formato ideal de ciclo completo de polícia, porque ainda faltam alguns pontos para exercer o ciclo completo de polícia, além do ambiente da Polícia Federal, como eu disse aqui.

E o que há de desvantagem no ciclo completo de polícia dentro da Polícia Federal? É um fenômeno que se chama seletividade. Não pode todo procedimento de fiscalização e de atividade preventiva parar na mão de apenas uma pessoa, para que ela tenha, em todas as suas prerrogativas, a capacidade ou a prerrogativa de definir qual o caminho vai ser tomado com aquele material que chegou até ela.

Hoje, na Polícia Civil e na Polícia Federal, você encontra essa seletividade. Ela é vista a olhos nus, porque as operações da Polícia Federal, apesar de a mídia divulgar com muito sucesso, representam apenas 2% do que é investigado na Polícia Federal. O nosso grande insucesso está nos crimes de contrabando, descaminho, moeda falsa e no fato de não se cumprir mandado constitucional em grandes operações. São os inquéritos diários, as investigações diárias e que não dão em nada, sem falar nos crimes eleitorais e outros que são afetos ao trabalho da Polícia Federal.

Esse é outro ponto que nós, ao planejarmos o ciclo completo de polícia para as outras polícias, vamos ter que cuidar. Não podemos deixar na mão de apenas um profissional, com conhecimento numa área específica do combate à criminalidade,



dominar todos os encaminhamentos posteriores a partir de uma análise específica do mundo do Direito, e isso não funciona na Polícia Federal, já digo de antemão.

A nossa Federação tem uma representação legítima de todos os policiais federais, e a nossa posição é favorável ao Ciclo Completo de Polícia, que, dos pontos que foram apresentados aqui, nós consideramos que é a maior evolução que pode acontecer na estrutura de segurança pública do Brasil, quer unindo as estruturas, quer, num primeiro momento, mantendo as estruturas separadas, mas trabalhando numa forma de ciclo completo, cada um em posição de igualdade.

Não há por que se diferenciar a atividade preventiva da atividade de investigação. Atividade preventiva exige ciência, exige conhecimento e exige o principal, que muitas vezes a atividade de investigação não exige, que é o risco de vida do profissional que tem contato direto com os crimes. Então, como mais de 80% e até, em alguns tipos de crime, 90% do trabalho da polícia investigativa vêm do trabalho da polícia preventiva — quer dizer, vêm de outra estrutura pronta, através dos flagrantes —, então nós acreditamos que é um ponto de valorização, sim. Tem de ser valorizado.

Na Polícia Federal, a atividade preventiva, de tão valorizada, ocupa a maior parte dos policiais. Hoje nós temos mais de 600 delegados ocupando a parte de polícia preventiva administrativa da Polícia. Se isso não é valorizar a atividade preventiva, eu não sei mais o que é. E quando eu escuto um representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal dizer que já existe um Ciclo Completo de Polícia — e eu entendi: nós não vimos cumprindo a Constituição —, isso causa-me espanto. É estarrecedor.

O que nós mais exigimos como Federação é justamente o cumprimento do mandamento constitucional de estruturar a carreira de Polícia Federal de forma única, com a porta única de entrada. Temos as notas taquigráficas da época da discussão da Constituinte, temos todos os elementos que comprovam que a estrutura de segurança pública na esfera federal foi montada, foi pensada pelo legislador, pelo Constituinte originário, para ser em carreira única. Foi uma aberração o que aconteceu no pós-Constituição. As discussões sobre estrutura de carreira foram proteladas de forma proposital. Tanto é que as atribuições dos policiais federais até hoje não estão em lei por conta disso. Se se colocar no papel a



importância de quem faz atividade preventiva e a real atividade de investigação, o modelo naturalmente já vai ser modificado. Nós não vamos ter muito trabalho quanto a isso.

Agradeço aos companheiros de Mesa. Estamos abertos aos debates. A Federação está disponível para tudo de que vocês precisarem em relação a estas discussões. E agradeço aqui aos colegas Parlamentares pela presença, e digo mais: o que foi preciso da parte da Polícia Federal para que seja implementado o Ciclo Completo de Polícia em todo o Brasil nós vamos fazer, ajudando os Parlamentares que quiserem encampar esta luta conosco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela contribuição.

Passo a palavra para o nosso próximo convidado, Coronel Elias Miler, representante da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais — FENEME.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA - Sr. Presidente Reginaldo Lopes, primeiramente eu quero registrar nesta Casa o nosso agradecimento, em nome da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, por esta abertura, esta iniciativa de V.Exa., que reproduz aquilo que fez Marcos Rolim, que, quando era Presidente da Comissão de Direitos Humanos, promoveu uma caravana nacional em defesa dos direitos dos policiais. V.Exa. está abrindo a Comissão. Inicialmente houve o temor de que ela fosse somente para acusar os policiais. V.Exa. está abrindo espaço para que os policiais venham aqui e exponham também a sua experiência e a sua vida. Então, quero parabenizar V.Exa. por esta iniciativa.

E na sua pessoa a FENEME, que tem como Presidente o Coronel Marlon, que está aqui presente, de Santa Catarina, cumprimenta todos os demais Parlamentares, o Deputado Major Olimpio, nosso amigo e companheiro de Academia aqui presente, o Subtenente Gonzaga, o Deputado Damião e todos aqui presentes, os demais colegas policiais civis, militares, federais e rodoviários que aqui se encontram.

É importante este debate. A Mesa já se posicionou, e preliminarmente eu faço uma observação: o Dr. Leôncio é um amigo nosso, uma pessoa muito inteligente,



mas na medida em que a ADPF fecha a questão no Ciclo Completo ele está negando a própria competência da Polícia Federal, como argumentou justamente Luís.

Então, sobre esse aspecto, nós trouxemos algumas transparências. São um pouco longas, mas vão ficar à disposição da Casa para que possam ser consultadas. Então, vejam os senhores, inicialmente, quando eu cheguei à Academia, o Major Olímpio lá estava, era veterano, e quis dar-me o trote acadêmico: *“Viram que chegou um Miler? Vamos pegar esse alemão, vamos dar um trote nesse alemão!”* E quando eu cheguei lá, baixinho, nem me viram, porque meu nome Miler é só uma homenagem do meu pai, que era adventista e escolheu Miler em homenagem ao Pastor Guilherme Miller, que cuidava de órfãos em Londres.

Então, eu sou descendente de quem? De negro. De pardo. Aqui está meu pai, ali a minha sogra. Meu pai é filho de negros, e a minha mãe era italiana, então isso resultou nesta mistura aqui. Portanto, a Polícia Militar tem uma estratificação social muito grande, como tem a Polícia Civil e a Federal. O próprio Gandra, da Polícia Civil, sabe que a nossa instituição tem uma grande estratificação social, e nós somos produto disso.

Então, vejam os senhores, a minha família reúne negros, pardos, brancos, todos juntos, e nós não fomos vítimas, Deputado Reginaldo, dessa violência de forma direta. Mas por que não? Eu vou mostrar para o senhor mais algumas fotos. Está aqui a minha tia Maria, com 93 anos, lá em Sergipe, onde a violência é muito grande, em Sergipe e Alagoas. Meu pai é de Alagoas e minha mãe é de Sergipe, eles são migrantes nordestinos e vieram de um quadro de miséria, de pobreza, jovens, negros também. Está aí a minha tia Maria. Olhem esse quadro aí, olhem a minha casa, onde eu nasci e fui criado, em uma pobreza extrema. Eu fui criado nesse quadro, e numa região de alta periculosidade em São Paulo, Santos. Eu fui criado nesse quadro, que é o objeto desta CPI, e desse quadro é que eu saí também.

Param-me às vezes nos debates e dizem assim, os praças dizem assim: *“O coronel não sabe o que é pobreza”*. Acham que a gente já sai da barriga da mãe com estrela de coronel. Não têm noção do nosso quadro. Esse quadro não é meu. É o quadro dos policiais que aqui estão, que vêm dessa estratificação social.



Mas o Brasil tem uma dívida social grande, e Gandra apontou isso aqui. Vejam, nós tínhamos 6 milhões de índios quando o Brasil foi descoberto; hoje não temos 600 mil, 800 mil. A escravidão, toda essa dívida social é que gera essa violência, e nós estamos aqui para debater isso, para achar uma solução para isso.

Nesse quadro também querem a Polícia como capitão do mato, e nós não queremos mais essa função. Muitas vezes vemos que os políticos nos querem como capitães do mato, os melhores dentre os escravos da sociedade. Aí, Deputado Reginaldo, se o senhor der uma pesquisada, verá que eles nos querem como capitães da vara de marmelo do interior de Minas Gerais, que controlavam as mazelas sociais com varas de marmelo e as continham, porque o Estado não dava resposta social.

O capitão do mato era o melhor dentre os escravos. Ele continha os escravos e procedia à punição deles. Então, muitos querem a Polícia como capitão do mato, ou então para resgatar aqueles que tentam obter sua liberdade. Este debate é importante por conta disso. Alguns nos querem assim, Deputado Reginaldo e demais Parlamentares. Governador não quer PM com estudo, porque eles se insubordinariam. Policial não pode pensar, não pode ter cultura. E o que é que fez o Governador? Rebaixou a escolaridade dos policiais do Paraná. Está aqui, Beto Richa fez isso: “Eu quero o policial ignorante. Quanto mais ignorante, melhor no seu papel de capitão do mato”.

Nós precisamos, Deputado Reginaldo e demais Parlamentares, quebrar paradigmas. Esta é a questão: temos de quebrar paradigmas que estão colocados. Dentre eles, Nelson Jobim disse uma frase importantíssima, como diria Ibsen Pinheiro: *“Muitas partes da Constituição nós fizemos olhando no retrovisor”*. Muitos atos nesta Casa e muitos movimentos só querem legislar ou debater olhando para o retrovisor do Governo militar, e colocam toda essa culpa na Polícia.

Então, nesse sentido, vejam como isso já mudou: a tropa de choque na Bahia encontra-se com manifestantes. Isso é mudança, os mais antigos sabem disso, é mudança cultural. Em Minas Gerais, terra do nosso Presidente aqui, a Polícia sai junto com manifestantes. Isso é mudança, é quebra de paradigma, e já está ocorrendo.



Agora, preconceitos e premissas falsas levam a conclusões erradas. Eu, desta Casa, assisto a isso. Vejam os senhores: a elite econômica e social não quer qualificar a Polícia, para que ela seja somente um instrumento de repressão contra classes menos favorecidas, e a Esquerda, com medo da ditadura, só olha para o retrovisor, não olha para o para-brisa. Com medo da ditadura, não sabe o que fazer com a Polícia. Desde que a Esquerda chegou ao poder, já passados 20 anos, ela não sabe o que fazer com a Polícia, porque ela toma os movimentos sociais, e a Polícia era um aparelho repressor do Estado. Então, até hoje nós não temos políticas efetivas com as Polícias, como nós estamos aqui conversando neste debate. É importante que quebreemos esses paradigmas.

Outra coisa que nós ouvimos muito: *“Militar é feito para matar. Não pode fazer policiamento, que é uma função civil”*. Isso corre até em meios acadêmicos. Vejamos se isso é verdade. Olha só como uma premissa falsa, uma premissa errada leva a uma conclusão errada. Vejam os senhores. A partir de 1980, com o fim do regime militar, o crime aumentou no Brasil. Até 1980, eram 13.910. Atualmente, morrem 55 mil pessoas. Premissa falsa: *“Bom, vamos fazer voltar o governo militar”*. É uma conclusão falsa.

Então, os dados têm que ser bem trabalhados, porque uma premissa falsa leva a uma conclusão falsa. Tiradentes foi tenente da PM mineira — o Deputado Reginaldo sabe disso —, herói!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tiradentes foi sargento. (Risos.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA - Mas na reserva, posto imediato, foi tenente. (Risos.) O Marechal Deodoro proclamou a República, governo do povo. O General Miguel Costa, da minha polícia — fala-se Coluna Prestes, mas o certo é Coluna Miguel Costa, reconhecido mundialmente —, lutou pela liberdade e pela educação neste País. Estão esquecendo isso. Militar virou sinônimo de praga. Olhe a história! Juscelino Kubitschek, Coronel da PM mineira, foi eleito Presidente deste País!

E a missão de paz? Militar é feito para matar? O que faz na missão de paz, então? Controlador de voo é sargento da Aeronáutica, vai derrubar tudo quanto é avião. São premissas falsas. No Corpo de Bombeiros, a instituição mais valorizada



neste País, o bombeiro é militar e reconhecido, não se questiona. A Polícia Militar faz partos pelo Brasil afora todo dia, além de resgates.

Veja agora, notícia atual: *Coronel da PM de São Paulo homenageado em Londres por atividade educacional na Academia de Polícia de São Paulo*. Ou seja, a Inglaterra reconhece, e nós aqui não. O que nós não queremos é ideologia militar, aquela de matar. Essa é que nós não queremos. Essa ideologia gerou o Esquadrão da Morte, que não era composto só por PMs, mas por muitos outros quadros.

Direitos humanos. Vejam aí, está no cassetete, é policial civil! Nós não queremos essa ideologia, policial civil com a caveira. Só há uma coisa certa aí, que é o flamenguista preso. *(Risos.)* Aqui não temos flamenguista, nós estamos tranquilos, porque estão no Rio. Então, vejam os senhores: guarda municipal, caveira; essa ideologia é que tem que ser tirada.

Violência no País. O Brasil está em um quadro epidêmico, segundo a Organização Mundial de Saúde: 56 mil mortos pelo crime; 46 mil, no trânsito; 200 mil, cigarro; 80 mil, álcool; 11 mil suicídios. Está aí a colocação do Brasil, uma epidemia! E nesse quadro, vejam a violência, que é objeto desta CPI: dos 56 mil, 30 mil são jovens; dos 30 mil, 23 mil são pardos e negros. E meu pai é pardo. O pardo é que morre mais do que o negro, é o pardo. Então, pardos e negros, 77. E, vejam, dos pardos e negros, 93 nas periferias. Está aqui o retrato. A região é pobre. Dos 56 mil mortos, 22.300 morreram em confronto com a polícia. Dos 100%, confronto com a polícia, 5%, e que temos que resolver, e que tem que diminuir. Uma vida vale a nossa ação, mas 95% dos mortos não foram em confronto com a polícia.

Como foi falado pelos membros das mesas anteriores, prevenção é a base de tudo. A polícia é só uma interface, e a Justiça é a outra interface. Se o Estado não tem prevenção, eu teria morrido lá na minha família, enquanto negro, pardo e daí por diante.

Nesse sentido, eu coloco para os senhores — isso foi falado pelos demais membros — que não tem família, não tem religião, não tem educação, não tem trabalho, não tem sistema penal que resista. Mas o nosso modelo gerou o crime. A lei penal vem, vem a polícia ostensiva, PM e PRF, encaminha para uma outra polícia — é única no mundo —, que encaminha para o juiz, que encaminha para o Ministério Público, que manda depois para o presídio. O Brasil é o único país no



mundo que mantém esse modelo. Nem Portugal, com respeito aos nossos patrícios, permaneceu com esse modelo. E nós somos os únicos certos no mundo?

O que nós propusemos que saísse desta Comissão como proposta, para reduzir os nossos 5%? Nós queremos o quê? Mudar esse conceito. O Estado tem que fazer a parte dele, mas nós temos que ter uma polícia que tenha o ciclo completo. Essa polícia encaminha diretamente para o Ministério Público, como é no mundo moderno, e o Ministério Público encaminha para o Judiciário. Encurtamos o caminho e levamos a quem de direito transparência e controle.

Nessa linha também é o modelo policial no Brasil. Quem implantou meia polícia no Brasil foi o Governo militar. É errado falar que o Governo militar criou a PM. A PM de Minas tem mais de 240 anos. Mas foi o Governo militar que unificou todas as polícias ostensivas na PM e deixou a Polícia Civil à parte. Aí se comandava tudo pelo SNI. Entrou o regime democrático, ficaram várias polícias, mas todas fazendo o quê? Atuando pela metade. O criminoso cogita e consome. E a polícia? *“Olha, você vai até aqui, depois continua o outro”*. Isso é um processo irracional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nesse aspecto, está aqui de novo o nosso modelo, só exemplificando, sem discriminação: até o cachorro criado na Gávea, Deputado Reginaldo, já sabe os nossos costumes. A polícia chega, ele já se posiciona. Eu vou colocar um corintiano na próxima. *(Risos.)*

Vejam os senhores: usando o modelo brasileiro, está aqui o jogo de futebol. O Flamengo, hipoteticamente, com respeito aos flamenguistas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Coronel Elias, queira concluir.

O SR. ELIAS MILLER DA SILVA - O Deputado Reginaldo não é flamenguista, é cruzeirense. O Flamengo é o crime; o Corinthians é o ataque, que é a Polícia Civil e a Polícia Federal, e a PM e a PRF são a defesa. Não posso passar do meio de campo, senão é usurpação de função pública. E a Polícia Civil, em tese, também não pode vir ajudar. Aí vem o flamenguista criminoso...

Então, é um modelo que só o Brasil tem. Esse modelo é lusitano; esse não é o modelo que nós queremos, fica à disposição da Comissão. Nós temos dupla



estrutura para tudo, dupla viatura, confronto indireto. Nos modelos de polícia no mundo, todas as polícias são de ciclo completo, todas.

Temos todo o respeito ao Dr. Leôncio. Mas ele falou que no mundo só existe polícia unificada. Não é verdade. Olhem aqui: Espanha, uma, duas, três, quatro, cinco polícias, todas de ciclo completo, seja a Guarda Civil Espanhola, o Corpo Nacional de Polícia, as polícias locais, as polícias autônomas, todas elas. Em Portugal: PSP, GNR, Polícia Judiciária, Polícia de Fronteira, todas de ciclo completo. E Polícia Militar? São 56 países com Polícias Militares, 56! E Polícia Civil também? Existe Polícia Civil também em todos os países.

Portanto, nesse aspecto, eu fico à disposição da Comissão. E eu termino colocando, Sr. Presidente, senhores membros, que todos os dias nós temos policiais mortos neste País. O Brasil é colocado como aquele que mata três vezes mais do que a polícia americana, mas também morrem dez vezes mais.

Aqui fica uma homenagem, Sr. Presidente, finalizando e agradecendo pela sua paciência. Nós temos esse quadro, Deputado Major Olimpio, Deputado Subtenente Gonzaga: toda semana eu vou a enterro de policiais e vejo as mães chorando. Eu já peguei ocorrências assim, Deputado Reginaldo. Esse é um quadro real que nós temos. E diante desse quadro, Srs. Deputados, se esta Comissão puder ir a São Paulo, verá que este é o único Estado do País que tem um cemitério de policiais. É um cemitério de policiais onde não cabem mais os que morreram em serviço. Isso não é divulgado. Não há mais espaço. São Paulo tem um presídio onde nós prendemos os nossos policiais e mandamos embora, depuramos. É um presídio. E o tempo todo vejo essa cena do policial no Ceará dando alimento para uma criança carente. O tempo todo nós fazemos assistência social. Queremos modernizar, queremos diminuir a violência policial, mas lutamos por um ciclo completo, para atender o cidadão e fazer a boa polícia e a boa segurança pública.

Agradeço ao Presidente e aos membros pela tolerância.

Muito obrigado. Estou à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Coronel Elias Miler.

Passo a palavra a José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.



Eu quero pedir ao Deputado Davidson que assuma esta Presidência, porque tenho que ir ao plenário votar.

O SR. JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI - Boa tarde. Quero saudar o Deputado Reginaldo Lopes, os demais Deputados presentes e o Deputado Subtenente Gonzaga.

A matéria trazida por esta CPI é complexa, e sobre isso não resta nenhuma dúvida. Foi colocada aqui por alguns palestrantes a importância da discussão da prevenção, da educação, da cultura, da assistência do Estado, das drogas. Tudo isso tem que ser levado em conta nesta discussão que a Câmara dos Deputados se propôs a fazer muito bem com a criação desta CPI. Nesta reunião de hoje, contudo, estamos focando a estrutura das polícias.

Como a Associação Nacional dos Procuradores da República já, há algum tempo, vem, em conjunto com as entidades policiais, debatendo a questão da segurança pública, tivemos muito prazer e muita honra de receber esse convite para vir aqui discutir com V.Exas. alguns pontos referentes, principalmente, ao ciclo completo da polícia.

Sr. Presidente, há exatamente 2 anos, no dia 25 de junho de 2013, esta Casa, por maioria avassaladora, por mais de 400 votos a 9, rejeitou a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, depois de um debate amplo e exemplar, eu diria, que não se deu apenas dentro do Congresso Nacional, embora com total respeito a todas as partes do Congresso Nacional, porque aqui caberia a decisão. A Câmara dos Deputados recebeu todos os tipos de discussão, todos os tipos de enfoque, e acabou concluindo por rejeitar uma proposta que trazia a exclusividade da investigação para uma determinada categoria de policiais. E, quando falo de policiais, é apenas para afastar o Ministério Público.

Por que trago aqui agora essa lembrança histórica já que estamos no dia 25 de junho? Porque, ao fim e ao cabo, nós estamos discutindo algo que tem a ver com aquele mesmo conservadorismo que perpassava na discussão da PEC 37. A estrutura das polícias brasileiras, ou particularmente a estrutura da investigação criminal brasileira, deriva de um modelo de mais de 200 anos, que foi citado aqui, de Portugal e de outros países, em que a figura do delegado de polícia — e até o nome



está dizendo — era realmente uma pessoa que exercia função em nome do juiz. A condução da investigação não era sequer do Ministério Público, era do juiz.

Isso é uma estrutura ultrapassada. Nos sistemas modernos, o Estado separou a função judicante da função de investigar. Dentro do sistema acusatório, o Brasil, há muito tempo, a isso aderiu. A polícia hoje está dentro do Poder Executivo, e permaneceu uma estrutura processual e investigativa com a ideia de que tinha que ter apenas uma autoridade processante, com todos os outros policiais a ela submetidos.

Toda esta discussão que nós estamos tendo aqui hoje perpassa por esse problema. E, com todo respeito ao meu querido amigo Marcos Leôncio e também a todos os delegados de polícia do Brasil, que têm que participar deste debate e têm muito a contribuir com ele, porque, afinal de contas, estão chefiando as polícias e têm os (*ininteligível*) que nós todos temos que receber democraticamente, essa discussão continua sendo corporativa, porque eles continuam trazendo sistematicamente a posição, seja ela qual for, desde que se mantenha a autoridade deles única sobre toda a condução da investigação policial.

Em relação ao ciclo completo, eu não queria repetir tudo que brilhantemente já foi dado aqui em termos de números, mas queria tentar pegar a essência e a opinião que a Associação Nacional dos Procuradores da República, através do Ministério Público Federal, gostaria de manifestar a esta Casa.

A revolução necessária da segurança pública e a evolução das forças policiais passam fundamentalmente por medidas que valorizem os policiais. Cada policial tem que ter preparo, e tem, cada policial tem que ter a responsabilidade, e tem, pelos atos que a polícia, que é uma das funções mais importantes do Estado, pratica em nome da sociedade. O que isso significa, no caso do ciclo completo da polícia especificamente? Se o policial militar e o policial rodoviário federal tiveram acesso às informações suficientes de determinado crime, um crime de menor potencial ofensivo, no caso do TCO — Termo Circunstanciado de Ocorrência, já está tudo pronto ali, e, dali em diante, não há necessidade de chancela por outra unidade policial, não há necessidade de chancela por superiores, porque o policial já tem preparo, tem condição técnica, coletou a prova, coletou relatos, e aquilo tem que prosseguir.



Não prosseguir, não seguir esse caminho — e isso foi repetido aqui várias vezes, mas não custa dizer —, significa o quê? Afunilar na direção da Polícia Civil e, depois, em particular, dos delegados de polícia, perder tempo e repetir trabalho, e isso tudo sempre com aquela ideia na cabeça de que apenas aquela autoridade poderia conduzir a investigação.

O trabalho policial é um trabalho técnico. O trabalho dos senhores — e a maior parte dos que se manifestaram aqui era policiais — é um trabalho essencial para a sociedade em todos os países do mundo, um trabalho cada vez mais técnico, cada vez mais científico, que tem que ser aprofundado.

Se a sociedade perder tempo com a repetição desse trabalho, sob uma pretensa colocação de que apenas uma categoria de policiais, os delegados, vai garantir uma polícia correta — e foi repetido isso, o meu querido amigo Marcos Leôncio repetiu de novo um discurso que nós já ouvimos da ADPF em outras manifestações nesta Casa —, no final das contas, ao fim e ao cabo, eles vão se entender, os delegados como garantes, os únicos que vão garantir uma polícia correta e uma polícia que respeita o cidadão.

Isso é absolutamente incorreto, já é hoje e é absolutamente incorreto para qualquer perspectiva futura, porque não existe a possibilidade de cada delegado, de cada ato policial ser fiscalizado por um delegado. E mesmo os atos de investigação, ao passarem necessariamente pelo funil e pelos delegados, acabam, como consequência, sendo ineficientes, repetitivos, não atingindo o objetivo da sociedade, que é a melhoria da segurança pública.

Comentando aqui sobre a Polícia Civil agora um pouco, embora eu já esteja falando aqui do ciclo completo, porque isso tudo tem imbricado numa luta só, a investigação, o inquérito policial, essa figura vetusta que nós temos com uma lei de mais de 70 anos, que já por sua vez repetia, sem grandes alterações, um processo que vem da época do Império, é judicialiforme, repete atos com estrutura judicial, o que acaba se dando uma estrutura burocrática, pesada, lenta e ineficiente.

Em todos os lugares do mundo, e isso está casado com o ciclo completo, a polícia é expedita, rápida e técnica. Se um policial civil — e o militar também é a mesma coisa no ciclo completo — tem acesso a uma determinada situação onde a prova está ali formada, ele faz aquele registro de prova, e aquilo ali anda, já



comprovado com a declaração do policial. O policial vai lá — e nós já vimos em filme, e é assim mesmo que se faz nos Estados Unidos e em boa parte dos países do mundo — e coleta a prova: “*A senhora viu o quê? O senhor viu o quê?*” Depois vai se tomar em juízo ou até na delegacia, e não necessariamente por uma autoridade, mas por aquele mesmo policial, o depoimento por escrito, se necessário for, para ele detalhar mais. E daí a investigação anda.

A exigência de que aquela autoridade é que vai ser responsável por intimar, como se fosse um juiz, a pessoa para, meses depois, vir falar de um fato que aconteceu tempos atrás, se não aquele ato seria inválido, é absolutamente ineficiente.

O ciclo completo já está em vigor, em termos de TCO, de convênios, em boa parte dos Estados do Brasil, e a experiência é a mais positiva possível. Não está se propondo ainda — e pode até chegar lá depois, mais adiante — um ciclo completo que atinja a investigação, que é outra colocação que foi feita aqui, que é equivocada. Não se está propondo aqui a discussão de como o policial ostensivo vai investigar um homicídio. O crime de homicídio é um crime que deixa vestígio, que precisa de uma investigação aprofundada que leva tempo e, em regra, é feita pelas polícias judiciárias, e assim é no mundo inteiro.

O que se está em questão aqui, para simplificar, é aquele ato que tem o flagrante no crime simples. Nesse caso, a Polícia Militar já está com todos os elementos ali, não há nenhuma necessidade de isso passar por qualquer outra instância antes de ir para o Ministério Público, e o Ministério Público vai avaliar e dar consequência jurídica. É o Ministério Público que vai dar consequência jurídica àquele fato, vai arquivar, vai denunciar e, se necessário for, vai pedir até uma diligência complementar. Mas isso, em regra, não é necessário.

Com isso, encurta-se o tempo, aquele policial militar vai voltar para a rua e fazer o seu trabalho, aquele policial rodoviário federal não vai precisar se deslocar 300 quilômetros, 500 quilômetros, vai poder exercer o seu trabalho naquela função, e a própria polícia civil investigativa, a Polícia Judiciária, nos termos que a gente usa aqui, pode se concentrar nos crimes que realmente precisam de uma investigação mais profunda.



É intuitivo e ao mesmo tempo científico, Sr. Presidente, de que esse é o modelo que funciona. Não é à toa que é assim em todos os lugares do mundo. O Brasil está transformando isso mais uma vez numa jabuticaba, aquilo que só existe no Brasil, e que, infelizmente, só existe no Brasil, porque nós estamos olhando uma derivação histórica, por que esse modelo surgiu lá atrás, recusando-se a evoluir talvez apenas para proteger a posição de uma determinada categoria policial. Com todo respeito, ao fim e ao cabo, é isso que está se mostrando.

Só haverá uma polícia eficiente — e eu queria fechar com isso, Sr. Presidente — constatando que é uma polícia que respeita os direitos humanos, que faça o seu trabalho da maneira correta, uma polícia responsável, uma polícia em que cada um dos seus agentes, cada um dos seus policiais, tem essa responsabilidade e essa formação, como já é a preocupação das PMs e da Polícia Rodoviária Federal em todo o Brasil. Não é necessária uma categoria policial que vá supervisionar e garantir as outras, não é assim que o Estado de Direito vai funcionar.

Menos de 10% dos Municípios brasileiros têm delegacia de Polícia Civil. Dessas, aqui foi falado, muitas não têm plantão noturno, e não é razoável nem natural que isso vá acontecer. O policial que está na rua é o policial rodoviário federal, é o policial militar, é a polícia ostensiva. Essa polícia tem que ter — e tem — o preparo suficiente, a técnica, para respeitar os direitos e as garantias e conduzir a coleta de provas para uma persecução policial eficiente.

Então, esse é o caminho. O ciclo completo, a carreira única, a carreira com entrada única, a perícia técnica independente, são outros itens que levariam mais 10 ou 15 minutos para falar aqui, mas que são tão fundamentais quanto. Esses são os grandes eixos de modernização da polícia e de transformação da segurança pública que são necessários para o País hoje.

Essa é a mensagem que a Associação Nacional dos Procuradores da República queria passar. Estou muito honrado em estar presente novamente na Câmara dos Deputados, e estamos à disposição para o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Obrigado, Sr. Robalinho.



Convido a fazer uso da palavra o Sr. Thiago Carriço de Oliveira, Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina. Convido também para retomar os trabalhos da Presidência o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. THIAGO CARRIÇO DE OLIVEIRA - Boa tarde, Deputado Reginaldo Lopes. Antes de tudo, gostaria de agradecer o convite. Boa tarde, Srs. Deputados. Já passa do meio-dia, então, já é boa tarde.

Meu nome é Thiago Carriço de Oliveira, sou Promotor de Justiça em Florianópolis, Santa Catarina, fui convidado como Promotor de Justiça, o que me deixa, de certa forma, um pouco à vontade para me manifestar. Não venho na condição de representante de nenhuma entidade, não que o meu posicionamento não se afine com muitas entidades, mas confesso que me sinto um pouco mais à vontade, até porque o debate é político, não é técnico, não é jurídico.

Por isso, acho até importante registrar a minha história como promotor. Eu fui, por 4 anos, Promotor de Justiça do Juizado Especial Criminal; por 4 anos, Promotor de Justiça da Vara da Infância; por 1 ano, Promotor de Justiça do Júri; e, por 2 anos, estive na Promotoria do Meio Ambiente. Mas 9 anos, pelo menos, da minha carreira têm relação direta com a matéria — o Júri, o Juizado Especial Criminal e a Vara da Infância —, que me fizeram destacar uma série de pontos. Eu vou tentar ser muito objetivo em alguns deles, mas, sobretudo, respeitando o plano de trabalho que esta Comissão fez e o requerimento feito pelo Deputado Reginaldo Lopes.

Eu li o material que constava no *site* da Câmara dos Deputados. Aliás, registro os meus parabéns pela organização e pela coleta de dados de tudo que foi feito, o que me auxiliou muito. Não vou ficar restrito à questão do ciclo completo, mas acho que chego lá, já que todo mundo tratou desse assunto.

O primeiro aspecto relacionado ao tema desta Comissão Parlamentar de Inquérito me parece que é unânime e se relaciona à família, à estrutura da família e à necessidade de preocupação do Estado com a família. São diversas as políticas que podem ser realizadas — e o meu mestrado é sobre políticas públicas —, mas confesso que eu me dedicaria somente a um assunto, se fosse para tratar da família, que se refere ao álcool.

A desestruturação das famílias decorre, em regra, do mau uso do álcool, da falta de controle do álcool, sobretudo porque há uma contravenção penal que pune



aquele que serve bebida a pessoa embriagada. No Brasil é proibido servir bebida a pessoa embriagada. No entanto, não há controle nenhum do álcool. A forma como os pais chegam a casa destrutura as famílias e leva os adolescentes ao envolvimento com o crime e, finalmente, à morte, que é o objeto principal.

O segundo ponto que destaquei se refere à educação infantil, a creches e a pré-escolas. A importância de se estruturar a educação infantil é também um ponto unânime aqui entre todos, mas, como falou aqui o Dr. Renato Borges Dias sobre tocar na ferida, eu fico um pouco à vontade para tocar na ferida. E acho que um dia pode ser necessário discutir a questão da universalização da educação infantil.

Infelizmente, hoje no Brasil, temos pessoas que ganham mais de 10, 20 salários mínimos, que colocam seus filhos para estudar em creches e em pré-escolas, quando na realidade aquela situação não é necessária. Infelizmente muitos Estados e Municípios fazem o controle pela ordem de chegada, fila de espera, e, à medida que a pessoa chega, ela tem a fila que uma pessoa carente não tem. Acredito que a universalização pode ser respeitada, mas, antes dela, deve vir a situação econômica. Isso, acredito eu, influencia diretamente na estrutura das famílias e, finalmente, na participação de crianças e adolescentes no mundo da violência.

O terceiro ponto que destaquei se refere às casas de acolhimento. Ontem, fiquei até 8 horas da noite visitando algumas casas de acolhimento em Florianópolis, e pude perceber, como venho percebendo nos últimos tempos, o desprestígio no repasse de recursos para as casas de acolhimento.

A Constituição vincula o gasto de verba pública com educação, vincula com saúde, diz que infância é prioridade, e, no entanto, o gasto nas Secretarias de Assistência Social não precede, em quantidade, o gasto de nenhuma outra Secretaria. Se formos fazer um levantamento de qualquer Município ou Estado, vamos ver que a Secretaria de Assistência Social normalmente está lá em sétimo, oitavo lugar na dedicação dos gastos de verba pública, apesar de a Constituição dizer que crianças e adolescentes são prioridades.

Acredito que seria possível uma regulamentação no sentido inclusive do uso das verbas repassadas pela União aos Municípios, obrigando que esse



encaminhamento seja imediato às casas de acolhimento. É regra hoje no Brasil as casas de acolhimento receberem o valor 4, 5 meses depois da data prometida.

Pode parecer que isso não tenha a ver com a morte de adolescentes jovens negros e pobres no Brasil, mas eu conto a situação de um adolescente, que vou chamar de João — e tive conhecimento disso ontem, foi uma coincidência enorme —, que não foi seduzido pela casa de acolhimento. A casa de acolhimento não tinha Internet, não tinha computador, não tinha videogame, o quarto era manchado, não era pintado. Infelizmente o tráfico hoje está em disputa no poder de sedução do adolescente. Esse adolescente saiu da casa de acolhimento simplesmente porque ela não tinha estrutura, foi para o morro e foi assassinado.

A situação do João — e se V.Exa. quiser depois ter noção concreta dela, ele tem outro nome, pode ser repassada — é a situação diária de diversas casas de acolhimento que não conseguem ter estrutura para acolher adolescentes. É muito fácil acolher crianças de até 7 anos, mas não é fácil acolher adolescentes. A estrutura tem que ser muito grande e muito forte para que o adolescente não volte ao tráfico, não volte ao local onde ele chega a receber 500 reais por dia e onde, finalmente, é assassinado. Acreditem os senhores que a morte de adolescentes negros e pobres no Brasil tem muito a ver com a falta de estrutura das casas de acolhimento.

Há dificuldade também de inserção no mercado de trabalho. O Brasil possui alguns programas, como o CIEE, o RENAPSI, que é de uma ONG, que infelizmente não conseguem colocar os adolescentes de forma eficiente no mercado de trabalho. O tráfico — e repito mais uma vez — é muito mais sedutor e muito mais eficiente no mecanismo de sedução para os adolescentes, uma vez que não são investidos valores necessários para incentivar esse tipo de programa.

Aqui faço o registro de parabéns ao RENAPSI, que age de forma muito competente encaminhando adolescentes para o mercado de trabalho. O adolescente chega aos 17 anos acolhido, aos 18 anos vira um adulto, completa a maioridade, e cabe a essas instituições facilitar o encaminhamento ao mercado de trabalho, porque, do contrário, ele vai ser encaminhado ao tráfico de drogas. Isso é um fato. Ele não é seduzido, não é encantado pelo mercado de trabalho por que



essas instituições não possuem estrutura, mas ele é encantado pelo tráfico de drogas. Esse é mais um motivo que o leva a ser assassinado.

O sistema socioeducativo infantil, no meu ponto de vista, é outro argumento que tem sido objeto de grande debate nacional e que — e acredito eu ser quase unânime entre aqueles que estudam — não está adequado. Eu não chamaria de sistema socioeducativo, eu chamaria de sistema de tortura.

O adolescente que é condenado à internação hoje não sabe o prazo da sua internação, Sr. Presidente. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que ele pode ficar de 6 meses a 3 anos. V.Exa. imagine alguém ser preso e não saber quanto tempo vai ficar preso.

O Estatuto estabelece que ele pode ficar de 6 meses a 3 anos. Se, em 1 ano, ele for reavaliado como educado, ele é liberado; se, em 1 ano e meio, ele for avaliado como educado, ele é liberado. Mas ele não sabe, ele é contido sem saber o dia que vai ser solto. Isso gera revolta, isso gera violência e, sem dúvida nenhuma, interfere na morte de adolescentes no Brasil.

Por fim, com relação aos adolescentes, pelo menos, o entendimento dos Tribunais, e aí decorre da legislação, é no sentido de que o adolescente só pode ser contido depois da terceira vez que for abordado em uma situação de tráfico. Isso é entendimento do STJ. A Súmula nº 492 do STJ, de certa forma, veda a contenção do adolescente envolvido com tráfico, mas, infelizmente, a legislação brasileira autoriza que um adolescente seja pego três vezes.

Ele recebe 500 reais por dia. Para ele ser pego três vezes, ele tem que fazer um avião, um transporte, ou sei lá como chamam, umas 15 vezes. Se em cada uma das vezes ele ganhar 1.000 reais, que é o mínimo que ele ganha, se ele fizer um carregamento de 10 quilos, por exemplo, ele ganha muito mais. Se em cada carregamento ele ganhar 1.000 reais, ele faz dez carregamentos no mês e tem dinheiro para viver o ano inteiro.

Infelizmente, a legislação autoriza que o adolescente seja solto na primeira vez, seja solto na segunda vez e na terceira, quem sabe, será contido. Particularmente, já abordei uma situação de um adolescente com 50 quilos de cocaína. Fiz o requerimento de contenção, e ele foi indeferido. Recorri, mas foi indeferido. Era um adolescente obviamente violento, justificava-se a situação. Mas



eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, que isso seduz os adolescentes a participarem do tráfico de drogas; seduz os adolescentes a viverem no mundo do tráfico de drogas, onde infelizmente eles são assassinados.

O meu sexto ponto se refere ao tráfico de drogas, à incongruência nacional que existe com relação ao combate ao tráfico de drogas. Isso já foi objeto de debate, mas eu faço só o registro de que o adolescente, quando fica maior de idade, percebe que aquilo que ele fez quando era menor não tem relevância nenhuma. E, como adulto, sendo primário, na primeira vez que pratica o tráfico de drogas, ele é condenado a 1 ano e 8 meses, em razão do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, e recebe o regime aberto. Na quarta vez que for pego, já como adulto, ele não é preso, ele é seduzido pelo tráfico de drogas.

As políticas públicas de educação são fracas. Infelizmente, muitas são fracas, muitas merecem ser destacadas. E aqui faço a valorização do RENAPSI, que é inclusive também subvenção do Governo Federal, mas, infelizmente, o adolescente é seduzido e, como adulto, ele também tem a chance de ser pego uma vez.

Para finalizar, Sr. Presidente, já que o meu tempo acabou, eu vou tratar rapidamente do assunto que foi objeto de debate de muitos dos que estiveram aqui nesta Mesa. O plano de trabalho desta CPI, que eu li aqui e consta no *site* da Câmara dos Deputados, fala sobre o grau de articulação das instituições.

Sob o ponto de vista do Ministério Público, pelo menos, ele é frágil. Faço o registro de que ele é frágil, de que não há legislação que obrigue essa vinculação. Há um trabalho político feito, no meu ver, pelos integrantes das instituições, muito mais pelos integrantes das instituições, mas, infelizmente, ele é frágil e gera consequências negativas.

O plano de trabalho também fala sobre a questão da apuração dos homicídios, que chega a 5%. O requerimento, na verdade, não é o plano de trabalho. O requerimento que foi feito por V.Exa. fala que de 5% a 8% dos homicídios são apurados no Brasil, e, infelizmente, essa situação ocorre em razão da estrutura atual.

E aí tenho que manifestar meu posicionamento pessoal e inequívoco favorável ao ciclo completo. Acompanho o Termo Circunstanciado em Santa



Catarina. Hoje, o Termo Circunstanciado, em Santa Catarina, em algumas hipóteses, é lavrado em 10 minutos em um *tablet*.

O *tablet* reconhece o local, preenche as informações, recebe o nome do autor do fato, preenche o CPF, já preenche as informações, o nome da vítima, coloca o CPF, preenche as informações, coloca o delito. Intuitivamente, ele solicita a perícia. O depoimento da testemunha é gravado; o depoimento da vítima e do autor é gravado. Já tivemos Termo Circunstanciado lavrado em 7 minutos no local do fato, feito pela Polícia Militar e encaminhado ao Ministério Público.

A questão da PEC 37 tem relação direta, como disse o Dr. José Robalinho, na medida em que a Polícia Civil não pode concentrar todos os poderes de investigação, chegando-se ao ponto de somente 5% dos crimes serem encaminhados. Se a PEC 37 mais uma vez voltar ao debate, a Polícia Civil vai ter que investigar prevaricação, peculato, concussão, corrupção passiva, corrupção ativa, coisas que são normalmente investigadas pelo Ministério Público em inquérito civil por ato de improbidade, e que, infelizmente, estarão também sobre a mesa do delegado, junto com o Termo Circunstanciado, se não for reconhecido o valor do ciclo completo.

Gostaria de encerrar, Sr. Presidente, falando da necessidade das instituições valorizarem os seus integrantes e prestigiarem a vida pessoal dos seus integrantes. Essa é a ousadia que as instituições ainda não reconhecem, de se trabalhar no serviço público preocupado com a vida pessoal dos seus integrantes. A vida pessoal, sim, vida pessoal: saber sobre o casamento, sobre a família, sobre os filhos, sobre as férias, sobre o bem-estar dos integrantes das instituições. Tem uma frase que eu costumo falar, que é a seguinte: “*Só é pleno no poder aquele que é pleno sem o poder*”.

O sujeito que precisa da caneta para reafirmar a sua existência, o sujeito que depende da caneta para exercer o seu poder e buscar inclusive a sua felicidade, não exerce com plenitude o seu poder. Na medida em que as instituições valorizarem a vida pessoal dos seus integrantes, mais do que já fazem, que tiverem a ousadia de assumir em público, na imprensa, a necessidade de valorizar a vida pessoal, eu acredito que teremos, finalmente, agentes públicos mais capacitados, talvez menos



violentos, como muitas vezes se menciona aqui, e mais capazes de evitar a mortandade que existe hoje no Brasil.

Muito obrigado pelo convite. Mais uma vez, é uma honra estar aqui na Câmara dos Deputados.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero, antes de abrir o debate, em nome da CPI, agradecer a exposição, a presença, a fala de cada um dos senhores que estiveram aqui hoje.

Nós fizemos um convite a 12 representantes e todos vieram, então, isso é muito grato, é um gesto cidadão dos senhores em relação ao trabalho desta CPI. Então, quero do fundo do coração agradecer, até porque também a intenção foi ouvir todos, estabelecer contraditório, ver as vantagens e as desvantagens. Então, eu acho que foi muito rico o debate pela manhã.

O Deputado Paulão já tinha feito uma intervenção pela manhã, depois o Deputado Edson Moreira e o Deputado Damião também. E agora temos inscrito o Subtenente Gonzaga, depois falará o Deputado Major Olímpio.

Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados convidados, quem nos acompanha pelo *site* da Câmara, eu queria começar, Sr. Presidente, reconhecendo a coragem que V.Exa. demonstrou em trazer este debate para esta Comissão. Isso, na minha visão, torna-o protagonista deste debate na Câmara. Por quê? Porque adotar ou não o ciclo completo de polícia no Brasil eu entendo que é uma decisão do Estado brasileiro.

Nós podemos fazer aqui uma série de defesas, uma série de avaliações, mas se o Estado brasileiro não quiser, não tomar uma decisão nesse sentido, nós não teremos, porque nós não estamos falando de um direito de classe, não estamos falando de reestruturar uma carreira, sem consequências na forma em que o Estado brasileiro exercerá sua ação na segurança pública e no âmbito da polícia.

V.Exa. é um Deputado do quadro do Partido dos Trabalhadores, com uma proximidade muito grande com o núcleo de decisão do Governo. Todos nós o conhecemos, foi Presidente do Partido em Minas, é uma liderança reconhecida, tem uma proximidade grande com o nosso Governador em Minas Gerais. Portanto,



V.Exa. me parece é um dos mais credenciados para ser o protagonista deste debate. Por quê? O companheiro amigo Marcos Leôncio Ribeiro — meu parente, porque eu sou Ribeiro também — e outros também pontuaram a necessidade de nós discutirmos essa realidade e admitiram discutir a desmilitarização.

Nós vamos discutir a desmilitarização, porque todas as PECs que estão aqui na Câmara hoje e que propõem alterar o art. 144 estão apensadas à PEC 430, de 2009, do Deputado Celso Russomanno, que propõe a desmilitarização. Encontram-se apensadas à PEC 430 as seguintes proposições: PEC 321, do Deputado Chico Lopes, que também propõe a desmilitarização; PEC 432, do Deputado Marcelo Itagiba, que também propõe a unificação; PEC 431, de nossa autoria; e a PEC 423, de autoria do Deputado Jorginho Mello.

Então, nós não teremos como fugir ao debate da reformulação das polícias no Brasil, sem encarar o discurso da desmilitarização. E nós vamos encarar.

Portanto, se nós queremos, de fato, apresentar uma solução, nós teremos que ter coragem. E nós, policiais militares e bombeiros militares do Brasil, que, nos últimos vinte e tantos anos, fizemos um debate na defensiva, fugimos do debate, nós mudamos a nossa estratégia, nós queremos debater. Nós queremos mostrar que, pelo menos do ponto de vista doutrinário, do ponto de vista da formação, do ponto de vista do treinamento, do ponto de vista do controle interno, nós temos, sim, condições de fazer aquilo que é um dos pressupostos do ciclo completo de polícia, que é fazer investigação com as garantias que, como o Marcos Leôncio colocou, seriam uma prerrogativa e uma possibilidade quase que exclusivas dos delegados.

Então, nós queremos mostrar, a partir desses parâmetros, e queremos discutir, sim, a formação de todos, queremos discutir o nosso papel, o que tivemos no passado e o que nós temos neste momento.

Então — e não adianta eu repetir, mas vou repetir —, eu estou convencido de que, se há possibilidade de nós maximizarmos os recursos que nós temos hoje na atuação policial — e no texto o Marcos Leôncio faz algumas observações —, se nós queremos maximizar o que temos hoje, eu não vejo outra alternativa a não ser a premissa do ciclo completo para todas as polícias. O Marcos Leôncio e todos que assim se manifestaram estão corretos? Essa não é uma questão que vai resolver por si só o problema da segurança pública.



Nós estamos focados, ao falar do ciclo completo, na eficácia da investigação. Não adianta nós tentarmos misturar e dizer que isso não vai resolver porque o País está carente de oferta de emprego, está carente de oferta de saneamento, está carente de oferta de educação, está carente de oferta de vaga no sistema prisional e socioeducativo. Essas são as políticas que terão que acontecer, mas existe uma questão central no sistema de persecução criminal, que é a atuação das polícias, onde há um baixíssimo índice de investigação.

Nós não enxergamos, até porque não tem nem previsão constitucional, o quanto o Estado brasileiro vai investir na segurança pública e no custeio. A segurança pública no Brasil é muito cara, mas quase 97% de tudo é gasto com pessoal; em custeio, é quase nada.

Em Minas Gerais, com a dimensão que tem, está faltando vaga. Nos últimos meses, a Polícia Militar está fazendo custódia de preso na delegacia, por até 60 horas, porque não tem uma vaga no sistema. O investimento de custeio, o orçamento de custeio na Polícia Militar, em Minas Gerais, para custeio, é de 140 milhões, neste ano, já com os cortes que foram anunciados. Portanto, você municipaliza o custeio, você terceiriza com a iniciativa privada, com os CONSEPEs.

Eu queria fazer um convite aqui para os delegados. O texto que nós trouxemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Vou concluir, Sr. Presidente.

O texto da PEC 431, que nós trouxemos e foi acolhido aqui, com as assinaturas de apoio, teve um arco de convergência. Nós não trouxemos um texto aqui para, depois, submetê-lo à avaliação dos demais. Ele foi submetido a todos os segmentos de polícia do Brasil, do Ministério Público. Tivemos um debate muito curto com o Judiciário, mas também tivemos com o Ministério Público, com todos os setores das polícias.

E, nesse arco de convergência, realmente a divergência está apenas com os delegados. Isso é fato, está identificado. E nós queremos fazer um convite para os delegados nesse sentido, porque a análise que eles apresentam fica apenas na identificação e diagnóstico do problema. A solução não é essa.



Por falar em integração, Minas Gerais fez uma integração e a vendeu por 15 anos. Nós passamos por essa experiência. Ela não resultou em eficácia. Foi uma política. O Governo de Minas a implementou, com o nosso apoio, inclusive. Mas continuou o problema da submissão e não houve uma solução para a continuidade desse processo.

Então, eu queria agradecer a todos que aqui participaram pela contribuição. Reforço o convite para que os delegados busquem a convergência conosco, e nós buscaremos com eles. Teremos de fazer uma grande discussão. Está bem encaminhado para que essas PECs sejam votadas na CCJ, assim como a admissibilidade. Nós temos a expectativa de que, nos próximos 60 dias, aprovaremos a admissibilidade, e, aí, sim, vamos discutir as PECs, mas nos parece que o ciclo completo é a premissa junto com a autonomia da perícia, junto com a audiência de custódia. E aí, sim, trabalharemos e daremos eficácia ao Sistema Único de Segurança Pública — SUSP, porque, efetivamente, a integração não elimina o ciclo completo nem o ciclo completo elimina a integração. A integração terá de acontecer em qualquer modelo. Não elimina, mas também não é a única possibilidade.

Mais uma vez agradeço principalmente aos que vieram aqui fazer o debate e trazer informações para o nosso público aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

O próximo orador é o Deputado Major Olimpio; depois falarão a Deputada Erika Kokay e o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, ilustres palestrantes que aqui se fizeram presentes hoje, meus colegas Deputados, assessorias de pessoas que acompanham as atividades desta CPI, em primeiro lugar eu quero mais uma vez elogiar a conduta do Deputado Reginaldo Lopes, o nosso Presidente da CPI, por estar pautando as atividades da CPI de forma isenta, responsável e de forma a buscar soluções.]

Quando nós entramos na estrutura da segurança pública, como foi mostrado por um dos palestrantes e falado por tantos outros, vemos o triângulo de sustentação da segurança pública, os três pés — as penas, falando do ordenamento



legal, a estrutura policial e a base de tudo, a prevenção — e sentimos que o arcabouço legislativo é inadequado ao contexto da sociedade.

A nossa sociedade, a nossa índole latina é imaginar que a desgraça só acontece na casa do vizinho, e só se põe a tranca depois que já foi arrombada a porta. E acaba sobrecarregando tudo: o aparato da segurança pública, a estrutura policial. Quanto a nossa estrutura policial, não adianta a gente ficar com corporativismo.

Eu ingressei na Academia de Polícia Militar com 15 anos de idade, tenho 37 anos e meio de dedicação a isso. Então, é lógico que eu tenho corporativismos arraigados, como é mais do que natural que as pessoas tenham, tenho dedicação e faço uma defesa intransigente. Mas o interesse público não pode ficar relegado a um plano secundário, quando nós não temos nada a comemorar. E, como foi dito por alguns dos painelistas, nós temos uma estrutura anacrônica que não funciona. Há corporativismos que se arraigaram de tal forma que corporações policiais torcem pelo erro ou pelo insucesso da outra.

Eu digo sempre que, em segurança pública, não dá para politizar, para partidizar, porque nenhum de nós torce pelo jacaré em filme de Tarzan. Nós torcemos para que o Tarzan consiga sair nadando da água, sem que o jacaré o alcance.

E me entristeceu ouvir manifestações aqui falando do “circo completo de polícia”. Não me sinto numa mobilização circense, quando, no próprio domingo e na segunda-feira, teve enterro de policial em São Paulo, participando desse circo macabro em que ele não era um palhaço, e era, sim, alguém que estava na ponta da linha, defendendo a sociedade.

Eu digo sempre: a população é daltônica em relação a quem a protege; ela não enxerga a cor do uniforme; não quer saber se é jaleco escrito Polícia Federal ou Polícia Civil, se faz continência ou se faz positivo, se é remunerado pelo Município. O cidadão quer ser protegido, e a nossa estrutura, hoje, não proporciona isso.

Não adianta ficarmos com corporativismo, dizendo: “*Isso é da minha competência*”. Nós vamos discutir necessidades. A frota policial civil no Estado de São Paulo é 70% ostensiva, e necessariamente. Na Polícia Federal, foi dito pelo



próprio representante dos delegados: *“Nós temos uma estrutura que faz o ciclo completo.”*

No momento, esta CPI está avançando para um debate mais do que positivo. Todos nós temos a síndrome do *not invented here*, a síndrome do não inventado aqui. O mundo evoluiu. Nós ficamos estagnados no tempo e agarrados aos corporativismos para dizer: *“Não funciona. É da minha competência. Eu quero”*.

Eu digo: *“A polícia tem que ter, sim, orçamento próprio, ela tem que ter tranquilidade, isenção, tem que ter política de Estado, e não de Governo”*. Eu defendo; não tiro foto com as instituições policiais para dar voto ou não dar voto, mas eu entendo que nós temos que avançar.

Avançar é verificar o que é melhor para a população. Vi, pelo modelo que eu mais acompanho, em São Paulo, que nesta semana nós tínhamos, também pela falta de efetivo policial civil, a imprensa registrando filas de viaturas, com vítimas ou pessoas que tiveram um envolvimento que necessitava de registro, ficando por 5, 6 horas. Não é para dizer: *“Ah, mas nós vamos ter que registrar em algum lugar”*, mas as viaturas de polícia ostensiva ficaram 5, 6 horas fora do setor onde deveriam estar fazendo a ação ostensiva.

E vejo um representante do Ministério Público de Santa Catarina — como na semana passada acompanhei, aqui na própria CPI, as autoridades da segurança pública, agora com o Ministério Público corroborando isso — dar agilidade de atendimento ao fornecimento do registro policial ao cidadão, tendo a certeza de que vai se fazer uma investigação.

Ninguém, em nenhum momento, está falando em usurpar função nenhuma, em carrear os esforços ou em deixar de buscar a especialização permanente para se fazer investigação de forma cada vez mais científica.

Eu quero cumprimentar todos os presentes e dizer que nós estamos iniciando os debates, que nós devemos desarmar os espíritos corporativistas e buscar o que possa ser melhor para a sociedade.

Eu sempre brinco ao dizer que, quando duas polícias brigam, são dois carecas brigando por um pente; não há o que fazer com eles. A estrutura que nós temos é uma vergonha. Dez por cento dos homicídios no mundo são praticados no nosso País.



Portanto, nós temos que aperfeiçoar as carreiras policiais e, talvez, mudar o mote da carreira única para um acesso único, para que todos ingressem pelo caminho da formação e possam sonhar, sim, em até ser o dirigente da força policial de que sonhou participar.

Em São Paulo nós estamos no caminho. Na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, hoje 65% do efetivo de oficiais ingressam como soldados, e acabam fazendo o concurso. Quiçá possamos caminhar para ter os concursos internos e a possibilidade de crescimento dentro das carreiras.

Parabéns a esta CPI! Ela vai se notabilizar, porque avançou onde, em muitas Comissões, muitos tergiversaram, saíram de banda: *“Não vou por aqui porque eu perco voto com a Polícia Militar, eu perco voto com a Polícia Civil, com a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária Federal”*. Sr. Presidente, V.Exa. não está preocupado com voto; V.Exa. está preocupado em melhorar a segurança.

Sr. Presidente, V.Exa. começou com uma identificação mais do que positiva: a de identificar que jovens negros são mortos mais do que jovens brancos no nosso País. Buscou-se, num mote inicial, a responsabilização da polícia. V.Exa. avançou, está tentando dizer qual é o modelo de polícia que pode ser melhor para minimizar os efeitos dessa tragédia.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Major Olimpio.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu penso que esta CPI é uma das coisas boas que têm acontecido nesta Casa, primeiro porque ela tira essa lógica ambivalente que sempre permeou as relações culturais e históricas no Brasil, que vem muito em função dos ditos agregados, dos que ficavam entre as casas-grandes e senzalas e que criam uma relação que, ao não ser horizontalizada, provoca muita ambiguidade.

A própria existência da CPI já aponta que nós não temos uma democracia racial, que nós não temos a ambiguidade de uma sociedade que assassina tantas pessoas e se constrói ou se identifica como uma sociedade pacífica ou uma sociedade onde se diz que há uma democracia racial, mas que tem um número muito maior de assassinatos de jovens negros do que de jovens brancos.



Portanto, eu penso que esta CPI é um oásis em um processo de muita intolerância e de muito recrudescimento de uma lógica excludente e de apartação que encontra seus ninhos e as suas expressões dentro desta própria Câmara Federal.

Penso que essa discussão é muito importante, porque nós temos um índice muito pequeno de resolução dos crimes no nosso Brasil e um número muito grande de impunidade no que foi resolvido.

A impunidade vive nos cercando por todos os lados, e ela provoca alguns processos muito desastrosos, muito cruéis na nossa construção democrática, porque a impunidade naturaliza a violação e coloca em xeque o Estado Democrático de Direito se as pessoas não acreditam que seja possível que segmentos sejam punidos a partir de, nitidamente, terem envolvimento com o crime.

Isso enfraquece o Estado Democrático de Direito, e, quando ele se enfraquece, você tem um crescimento do mandonismo, um crescimento da arbitrariedade e um crescimento do temor das pessoas de recorrerem a esse próprio Estado Democrático de Direito.

Essa discussão do ciclo completo me parece que é muito importante, porque nós temos muita fragmentação. Nós temos a atuação de uma polícia ostensiva, que são as polícias militares, as polícias preventivas, digamos assim, que carregam a sua vida como escudo, eu diria, porque não sabem se vão voltar para casa e, muitas vezes, não são encaradas como pessoas.

Eu acho que o Promotor Thiago levanta uma discussão que é importante: encarar que o exercício da profissão não pode invisibilizar a condição das pessoas de serem pessoas. Se são pessoas, são pessoas que precisam ter, no trabalho, o local onde se encontram.

Nós sabemos que existe muita incidência de psicopatologias no exercício das forças de segurança, até porque há um sentimento de muito aporia muitas vezes. É um segmento aporético, de falta de poros. Trabalha-se, trabalha-se, trabalha-se, exerce-se essa função, e tem-se a impressão de que não se consegue mudar a realidade, o que indica que enfrentar a violência não é uma função só da polícia ou da segurança pública, mas é uma função do conjunto das políticas públicas. Sem elas, nós não vamos enfrentá-la.



Eu diria que existe a polícia preventiva, que cumpre uma função, muitas vezes detecta e leva o caso para a delegacia. É como se ali se tivesse encerrado a sua própria função, e perde-se tempo no exercício da função preventiva para poder esperar e entregar o caso à Polícia Civil, para que haja um processo de investigação, e, muitas vezes, tem que voltar, inclusive, na condição de testemunha.

Eu acho que a gente tinha que avançar. A gente tem uma estrutura que é herdada. É uma estrutura secular, herdada, que tem se mostrado insuficiente, ineficiente, para que nós possamos fazer frente às funções que são precípuas da segurança pública, a quem, eu repito, não cabe, como único instrumento, ou como única política, o enfrentamento à violência. Nós não vamos enfrentar a violência sem as creches, sem as políticas públicas, enfim. É como se as polícias recebessem a falência de uma série de outras políticas públicas no peito, na sua própria saúde, no exercício da sua própria profissão. Isso provoca sofrimento no exercício da profissão, porque, ao mesmo tempo, você tem uma relação dual, penso eu, que é uma relação de poder, porque ali você está expressando a Justiça, o sistema de Justiça e o Estado, mas, ao mesmo tempo, muitas vezes esse policial não é valorizado — não é valorizado na sua própria fala, no exercício da sua profissão, no seu próprio salário, nas condições de trabalho.

Então, veja, você vive com a dualidade do processo de ter poder e de não ter poder, ter poder e não ter poder. Isso provoca muito sofrimento para além dessa aporia, que é o exercício permanente da profissão, e, ao mesmo tempo, o fato de não conseguir mudar a realidade.

Isso faz com que nós devamos fazer uma discussão, penso eu, e encerro com isso, primeiro sobre a implementação do sistema único. Acho que o sistema único é fundamental. Nós temos que ter outro tipo de relação. A relação do Governo Federal com as polícias locais e com os Estados não pode ser apenas de repasse de determinadas verbas ou programas. Nós temos que ter outro nível de integração.

Nós avançamos muito com o SUS e avançamos, sobremaneira, com o Sistema Único de Assistência Social — SUAS, que envolve as três esferas de atuação, ou que reafirma o pacto federativo, restabelecendo as responsabilidades.

Nós precisamos eliminar isso, para potencializar o trabalho dos policiais. Precisamos potencializar os policiais militares, os policiais civis também e o próprio



Ministério Público, porque, muitas vezes, é feita uma investigação e depois ela é feita de novo. Ela é feita de novo. Então, há um retrabalho, há um retrabalho.

Vejam, nós vamos trabalhar com ciclo completo das polícias, mas nós não podemos nos esquecer da relação com outros instrumentos que compõem o sistema de Justiça, que envolve o Ministério Público e o próprio Poder Judiciário. Nós precisamos fazer um repensar, um rearranjo institucional que faça com que nós possamos enfrentar os desafios que estão postos.

Nós temos desafios, penso eu, do século XXI, com esse nível de drogadição e de coisificação do ser humano, enfim, de desumanização simbólica no século XXI, aliados a desafios que não foram vencidos do século XVIII ainda, do século XIX, que o Brasil não conseguiu vencer.

Então, nesse sentido, eu sugiro que a CPI faça uma recomendação para que seja estabelecida uma Subcomissão ou um grupo de trabalho, para que nós possamos repensar, mas não repensar pelas beiradas, de forma superficial, que é a forma que muitas vezes esta Casa encontra para concluir a sua própria atuação, sentindo-se incapaz de enfrentar a realidade de forma mais profunda e mais estrutural. Portanto, que nós possamos fazer essa Subcomissão para discutir no ciclo completo, a relação do Ministério Público, do Poder Judiciário.

Eu fui uma das que defendeu que nós arquivássemos a PEC 37, porque acho que é importante manter o poder de investigação do próprio Ministério Público. Trabalhamos nessa perspectiva, e penso que, não fosse o grito das ruas, talvez nós tivéssemos dificuldades. Nós mudamos uma relação, que era a crônica, de uma derrota anunciada ou da aprovação de uma PEC. Essa relação mudou de forma absolutamente nítida, e nós soubemos aproveitar esse processo a partir da fala das ruas.

Então, eu sugiro que a CPI possa ter, como uma das resoluções no seu relatório final, a construção desse instrumento mais permanente, em que nós possamos discutir o ciclo fechado, o ciclo completo, sem que haja essa fragmentação. *“Aqui acaba minha função. Na porta da delegacia, eu não tenho mais função”* — pensam os policiais militares. Mas, muitas vezes, à porta da delegacia, para que conclua a sua função, ele perde um tempo preciosíssimo à espera de outra estrutura que diga: *“Agora, a partir daqui, é a minha função.”* Então, não dá para



funcionar mais assim, não dá para funcionar com esse nível de celeridade das informações, esse nível de horizontalização do diálogo, que inclusive a Internet possibilitou.

Nesse sentido, eu sugiro a criação de um grupo para que possamos discutir o ciclo completo, para que possamos discutir a relação entre as polícias, o Sistema Único de Segurança, a relação da segurança na construção de pactos com outras políticas públicas e, ao mesmo tempo, que nós possamos discutir o sistema de Justiça como um todo, incluindo o Ministério Público, porque há muito retrabalho. Inclusive a Polícia Federal, que tem um ciclo completo, tem muita apartação, dos escrivães, dos peritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputada Erika.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Enfim, dos agentes, com relação aos próprios delegados. É preciso repensar todo esse modelo.

Parabéns, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra ao último orador, Deputado Davidson Magalhães. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Vou ser rápido. Eu acho que esse debate foi muito interessante, muito importante, porque está sendo feita aqui uma falsa dicotomia: ao investigar as causas, as raízes dos problemas de violência, era como se estivessem contra a polícia ou contra o aparato policial brasileiro. Eu acho que nós precisamos ver o todo. Existe um conjunto de causas que levam a essas referências de violência brasileira. Nós estamos aí com índices de verdadeira guerra civil não declarada. Esse é um problema. E, para resolvermos e enfrentarmos a questão da violência, nós temos que analisar o todo e também começar a tratar dos agentes envolvidos. Os agentes envolvidos significam a ausência do Estado.

É bom que a gente entenda que a herança recebida do falecimento da política econômica do regime militar nos impôs décadas perdidas, a década de 80 e a década de 90. Quando são analisados os índices de violência, os índices não só de número absoluto, mas também os índices em relação ao crescimento populacional, vemos que aí é o grande salto.

Então, nós temos hoje esse debate específico. Por isso, eu parableno o Presidente por ter aberto essa oportunidade, porque, se nós também, principalmente



aqueles que defendem não a corporação do ponto de vista corporativo, mas a eficiência da Polícia Militar, das polícias no Brasil, do aparato coercitivo, que é fundamental para o processo democrático, se nós não tivermos a percepção de que aí também há problemas, nós não vamos buscar a solução. Se, no espírito corporativo, nós nos fechamos para analisar internamente os problemas existentes, nós não vamos resolver, e eu sempre tenho dito isso. Nós estamos tendo um problema de legitimidade da nossa polícia frente quem está... O Coronel deve identificar isso mais próximo. Não sou da área especificamente de segurança, mas a nossa polícia não é reconhecida, por parte significativa da população, como quem guarda sua vida. As pessoas têm medo da polícia. Isso é uma situação grave. Nós precisamos tratar disso. Por que essa polícia ainda não é cidadã? Quem faz isso não é porque defende criminoso, não, é porque sabe a importância do poder coercitivo dentro da sociedade democrática. Então, esse é um dos aspectos.

Outros aspectos: internamente, a valorização do agente de segurança é fundamental para que ele também não se torne presa fácil do crime, porque, assim como o aviãozinho, o jovem que não tem alternativa, é cooptado, também os agentes de segurança são cooptados pela sua precariedade de atuação, de segurança, das condições de vida que eles têm, da segurança que tem a sua família em relação ao regime de saúde, de obtenção de garantias de uma condição de vida favorável, principalmente para quem está numa situação de risco, como eles estão.

Portanto, eu acho esse debate importante, Sr. Presidente. Eu, que não estava participando desse debate, fiquei extremamente curioso. E não só isso. Entendi bastante a contribuição que foi dada aqui para este debate e percebi, no dia a dia nosso, como é esse processo de apuração, de investigação. Quando a gente vai analisar as nossas causas, a gente percebe por que nós estamos nos índices que estamos. É ridículo! E também a impunidade incentiva. Não só a impunidade, mas também a valorização dos crimes contra o patrimônio do que os crimes contra a vida.

Portanto, está de parabéns a CPI. Acho que é uma contribuição fundamental que as próprias corporações, no sentido positivo institucional do termo, vêm dando a esse debate sobre a violência contra jovens, principalmente jovens negros.



Então, a gente deve investigar mais a formação do policial, o funcionamento da máquina administrava estatal brasileira. No Brasil, às vezes, a gente tem superposição de funções, retrabalho e ineficiência. Eu acho que esse é um papel que a gente está dando de contribuição nesse debate. Parabênzo os expositores por terem esclarecido este tema tão importante para a nossa ação dentro do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães. Vou pedir a V.Exa. que depois presida a reunião durante a votação de requerimentos.

Vou passar a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, assim como V.Exa. trouxe esse assunto a esta Comissão, e todas as manifestações aqui foram no sentido de reconhecer a oportunidade, há outro ponto sobre o qual não vou divagar: a questão do financiamento, que eu acho que merece atenção, e é uma questão de Estado que precisa ser pensada. E V.Exa., Sr. Presidente, poderia também abrir espaço para falarmos um pouco disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós estamos com um calendário muito apertado, porque há um posicionamento do Presidente da Câmara de não renovação do prazo das CPIs. Do ponto de vista constitucional, as CPIs têm uma duração de 6 meses, mas é quase impossível uma investigação com 4 meses — V.Exas. trabalham na área.

Nós trabalhamos com a possibilidade de, talvez, fazermos mais um apelo ao Presidente da Câmara, mas também temos de trabalhar com um plano “b”. Para um plano “b”, nós estamos programando a leitura do relatório preliminar no dia 2 de julho; é evidente, tendo maioria para a gente ler o relatório preliminar. Na verdade, o relatório que a gente vai priorizar na leitura aqui é um conjunto de proporções legislativas, inclusive tendo a sinalização da maioria da CPI para uma PEC do ciclo completo, do sistema federativo de segurança pública.

Nós podemos ter a postura aqui de buscar convergência e não nos atermos a falsas polêmicas. Como aqui não é conclusivo, é encaminhado à apreciação de novas Comissões Especiais, aquilo que tiver, em média, boa convergência — não vamos dizer que isoladamente, gritantemente, que fere a ampla maioria —, talvez



não teria apoio aqui; mas naquilo que converge, divide um pouco, eu acho que todos os olhares e visões poderiam ser fruto da CPI para a tramitação, porque não é definição. Ganha peso por ter sido elaborado pela CPI, mas não é a posição definitiva da sociedade brasileira manifestada pelos representantes diretos da Câmara e do Senado. Então, nós podemos acertar procedimentos no processo. Eu só estou colocando aqui algumas práticas que eu já fiz em outras Comissões para construir consensos adiante. Então, nesse sentido, eu sou muito simpático à ideia de apresentar a PEC do ciclo completo.

Então, nós estamos trabalhando com dois calendários. Prorrogando, nós teremos mais 60 dias. Inclusive, nós vamos estar em Belém agora, depois na Paraíba, no dia 3, depois voltaremos ao Acre e iremos para Rondônia. Todos os Estados querem receber a CPI, até porque ela tem promovido nos Estados a constituição de Comissões Estaduais para elaborar planos estaduais de enfrentamento a homicídios. Temos de dar visibilidade. Nós precisamos envolver a sociedade nesse tema. Alguém falou muito bem que poderá a sociedade participar do tema de segurança pública. Nesse sentido, ter planos bem estabelecidos de metas para redução é bom para todos nós, é bom para a Nação brasileira. Nós temos que chegar aqui em 10 anos e dizer: *“Só tem um dígito de homicídios”*. Que seja, 4, 5, 6, ou até 9, mas não dá para ser 10, 12, 20, 60, 180, 150, 400. Isso é est arrecedor, diminui todos nós que trabalhamos, todos os cidadãos, as corporações. Nós queremos resgatar a credibilidade de todas as corporações, da sociedade civil, do Ministério Público, de todos nós, para conviver num País sem violência, sem homicídios.

Então, estamos trabalhando com as duas hipóteses, mas, não prorrogado, nós vamos concluir no dia 17, não é? Nós temos até um seminário internacional aprovado, mas vamos ver o que vai rolar para frente. Dependendo disso, não está prejudicado, porque o acerto que nós fizemos com o Presidente Eduardo Cunha é de que imediatamente ele vai instalar Comissões, assim que a CPI apresentar uma PEC, para analisar o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio. Estamos propondo um dígito para 10 anos. Nós não aceitamos a proposta elaborada e discutida com os Secretários Estaduais, com o Ministro da Justiça, que é do meu



Governo, José Eduardo Cardozo, que vai estar aqui no dia 9, com esse negócio de 20%.

Eu acho que é um absurdo qualquer plano de Estado ou de governo para reduzir 20%. O plano do Estado brasileiro tem que ser republicano, não pode ser também só com entes da Federação, só com os Estados, não. Tem que ser republicano, tem que envolver Ministério Público. Também é um questionamento, porque o Ministério Público não encaminha, não é? Morrem por ali os inquéritos. Então, nós vamos ter que envolver todos nesse esforço de resolver o problema, senão é muito fácil acusar só a polícia, acusar só o gestor. É um impacto republicano, mais do que federativo. A ideia é que a gente instale imediatamente o plano nacional. Ele não será completo por isso mesmo, porque ele vai ser submetido a uma Comissão Especial.

Então, todos nós vamos apontar metas, política preventiva, vamos falar o que tem que ser feito para as diversas juventudes, nas periferias, nos territórios, as idades, a questão racial. Então, nós vamos ter outro momento de debate. Não precisamos aqui ter um enfrentamento grande sobre essas proposições, porque elas serão submetidas às novas Comissões.

É nesse sentido a ideia é de que tenhamos um conjunto de produtos do Legislativo que são prerrogativas do Legislativo e indicações ao Executivo. Então, podemos ter mais polêmica, porque é definitivo, não é?

Quero aproveitar, antes de fazermos o encaminhamento final, para aprovar as atas. Temos as atas da 27ª, da 28ª, da 29ª e da 30ª reuniões. Pergunto aos Deputados se é preciso fazer a leitura das atas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Peço dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A pedido do Deputado Subtenente Gonzaga, a leitura das atas está dispensada.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

As atas da 27ª, da 28ª, da 29ª e da 30ª reuniões foram aprovadas.

Vamos passar ao próximo item da pauta: apreciação de requerimentos.



Requerimento nº 102, de 2015, do Deputado Dr. Jorge Silva, que “*requer sejam requisitadas às Corporações das Polícias Cíveis e Militares de todos os Estados da Federação, informações relativas às respectivas carreiras*”.

Acho que é um requerimento positivo, para conhecermos as carreiras, não é?

Em discussão o Requerimento nº 102, de 2015, do Deputado Dr. Jorge Silva.

(Pausa.)

Passemos à votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Que quero pedir ao Deputado Davidson Magalhães para presidir os trabalhos, porque há dois requerimentos de minha autoria.

Passo a Presidência ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Antes de passar a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, gostaria de agradecer a todos os membros, que deram importante contribuição a esse debate. Essa contribuição foi valiosa para haver uma visão multifacetada da CPI sobre o problema da violência e o papel dos agentes de segurança nesse contexto.

Portanto, eu gostaria de agradecer a todos em nome do nosso Presidente, Reginaldo Lopes, que está ali agora na Câmara dos Comuns. Então, vou solicitar dispensá-los e vou agradecer, em nome da CPI da Câmara dos Deputados, a presença de todos. *(Palmas.)*

Passo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, para fazer a defesa do requerimento de sua autoria.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Trata-se do Requerimento de nº 103, que propõe convidar os representantes das entidades ANDI — Comunicação e Direitos e INTERVOZES — Coletivo Brasil de Comunicação Social. Esse convite é importante, porque eles monitoram a questão de como é tratado o adolescente, a criança, o jovem no sistema de comunicação brasileira.

Então, é um convite para a gente ouvir. Eles têm um estudo, têm muito acúmulo nessa área. Então, isso seria extremamente importante para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo encaminhamento contrário, coloco em votação.



Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 104, de 2015, também do Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, sobre esse requerimento, nós já estávamos programados para chamar aqui os chefes das principais emissoras de jornalismo para discutir como é abordada, como é construída a imagem e como é retratada a questão dos negros nos principais telejornais e, em especial, nas novelas.

Nesse sentido, a partir daquele acontecimento no Estado de São Paulo — eu acho que foi na terça-feira à noite —, em que foi televisionado ao vivo por duas emissoras, pela *TV Bandeirantes* e pela *TV Record*, uma busca a um suspeito de ter cometido um assalto a um motoqueiro, em um horário impróprio, acho que foi 16 horas ou 17 horas; eles fizeram uma verdadeira caçada. Inclusive, um dos jornalistas, o Marcelo Rezende, em vários momentos, falou: *“Atira, faz como a polícia americana: mata, mata! É bandido! É bandido!”*

Eu acho isso péssimo para a imagem de todo o País e acho que isso promove a indignação do cidadão em relação ao papel da prevenção que deve ser adotado pelas nossas polícias. Esse fato não ajuda e não contribui para o enfrentamento dos homicídios e da violência.

O Datena ainda foi um pouco mais equilibrado na abordagem, mas, no final, pelas cenas — nós não estamos aqui convocando nem o Datena e nem o Marcelo, porque eu acho que a responsabilidade é mais das emissoras —, houve um extremo exagero. Depois, eles tentam pontificar um pouco a posição deles e tal, mas, não no episódio, há uma tentativa inclusive de alterar a cena do crime e quase de execução.

Nesse sentido, nós achamos que precisamos discutir com essas grandes emissoras essa invisibilidade de que elas tratam, como se fosse natural e como se fosse normal matar negros e pobres no Brasil.

Portanto, nós queremos convidar — na verdades, nós os estamos convocando — aqui o Diretor de Jornalismo do SBT, Marcelo Prada; a Silvia Faria, Diretora da Central Globo de Jornalismo; Fernando Mitre, Diretor Nacional de Jornalismo da Band; o Diretor de Jornalismo da Record, Douglas Tavolaro, que não está no Brasil — o Thiago Contreira está respondendo por ele.



Nós queremos convocá-los, porque nós queremos inclusive contar com o apoio da grande mídia para que possamos dar visibilidade, desnaturalizar e criar uma nova cultura de paz no Brasil, que é fundamental para combater a violência no País.

Então, peço aos nobres colegas que a gente possa aprovar essa convocatória, porque faz parte do esforço desta CPI, faz parte do roteiro de trabalho, a fim de que a gente possa construir uma sociedade com cultura de paz. Vamos dialogar sobre qual é a contribuição desses programas e se não há, nesses programas sensacionalistas, exagero, prejulgamento, pena de morte — e pena de morte extrajudicial, porque a pessoa nem foi... No Brasil não tem pena de morte. E, mesmo que tivesse, a pessoa teria de passar por um julgamento.

Então nós queremos pedir apoio para convocação dessas quatro emissoras e de seus responsáveis pelo jornalismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davidson Magalhães) - Algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria? *(Pausa.)*

Não havendo, passo para a votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Devolvo a Presidência da Comissão para o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, da assessoria e dos demais presentes.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, convocando reunião para a segunda-feira, em Belém, na nossa audiência pública e diligência. Também estamos organizando a ida ao Acre no dia 5 de julho.

Convoco reunião para a próxima terça-feira, em Brasília, às 14h30min.

Declaro encerrados os trabalhos.

Muito obrigado pela presença de todos.